



Demonstrações Financeiras

Iguá Saneamento S.A.

**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente**



Iguá Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Balanço patrimonial	10
Balanço patrimonial	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do valor adicionado	13

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre o Grupo	14
2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e resumo das políticas contábeis materiais	16
3. Receita operacional líquida	20
4. Custos e despesas	23
5. Resultado financeiro	23
6. Imposto de renda e contribuição social	24
7. Resultado por ação	26
8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	27
9. Debêntures e outros investimentos	28
10. Depósitos bancários vinculados	28
11. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro	29
12. Investimentos	31
13. Intangível e ativo de contrato	36
14. Fornecedores e outras contas a pagar	39
15. Empréstimos e financiamentos	40
16. Debêntures	42
17. Provisões e encargos trabalhistas	44
18. Provisão para perdas com causas judiciais	45
19. Patrimônio líquido	48
20. Pagamentos baseados em ações	49
21. Gerenciamento de capital	50
22. Instrumentos financeiros	51
23. Segmentos operacionais	58
24. Partes relacionadas	59
25. Seguros	61
26. Compromissos	62
27. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	64
28. Eventos Subsequentes	64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Iguá Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iguá Saneamento S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto

Por que é um PAA

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$2.969.710 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.141.692 mil em 2024). O processo de reconhecimento dessas receitas envolve elevado volume de transações e uma base altamente pulverizada de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento das receitas requer a utilização de estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, calculadas a partir da última data de leitura de consumo até a data do balanço patrimonial, com base em premissas e julgamentos definidos pela Administração da Companhia.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) ao julgamento relevante exercido pela Administração no reconhecimento das receitas brutas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo as estimativas relacionadas à mensuração da receita não faturada; e (iii) ao elevado volume de transações processadas mensalmente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) A avaliação do desenho e da implementação, bem como a execução de testes de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento de especialistas em Tecnologia da Informação para a avaliação dos controles gerais do ambiente de TI e dos controles automatizados associados ao reconhecimento de receitas.
- ii) A elaboração de projeções independentes, com base em premissas históricas de receita, volume faturado e base de clientes, e a comparação dos resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia.
- iii) Execução de testes substantivos sobre as receitas provenientes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reconhecidas no exercício, com o objetivo de avaliar a ocorrência e a exatidão das transações.
- iv) No que se refere à estimativa da receita a faturar relacionada a volumes consumidos e ainda não faturados, a verificação dos dados, premissas e critérios adotados pela Administração, bem como da consistência desses critérios em relação ao exercício anterior, incluindo o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2025 e a realização de testes de inspeção documental, em base amostral, por meio do exame das faturas subsequentes e de sua respectiva liquidação.
- v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas aos processos de reconhecimento de receitas brutas de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em função dessas constatações, ajustamos nossa abordagem de auditoria, com ampliação da extensão dos procedimentos inicialmente planejados, de modo a obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências obtidas, consideramos que as receitas brutas reconhecidas provenientes de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Infraestrutura da concessão - Intangível, ativo de contrato e outorga da concessão

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia mantinham registrados saldos de ativos intangíveis de concessão, ativos de contrato e outorga da concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, nos montantes de R\$2.581.220 mil, R\$693.406 mil e R\$11.076.931 mil, respectivamente (R\$2.204.081 mil, R\$406.958 mil e R\$11.420.668 mil em 2024). Esses saldos, em conjunto, representam a infraestrutura das concessões e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção e na melhoria da infraestrutura, de acordo com os contratos de concessão e as práticas contábeis aplicáveis.

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos à medida que o concessionário obtém o direito (autorização) de cobrar dos usuários pelos serviços públicos prestados, por meio da aplicação de tarifas. Os ativos de contrato correspondem aos ativos intangíveis de concessão ainda em fase de construção, os quais são reclassificados para a rubrica de ativo intangível quando entram em operação.

A outorga da concessão, por sua vez, refere-se aos montantes pagos em decorrência da celebração dos contratos de concessão, os quais são amortizados de forma linear ao longo do prazo contratual.

A mensuração da infraestrutura de concessão é realizada com base no método do custo acrescido de margem, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Esse processo envolve julgamentos significativos, uma vez que é impactado pela diversidade e pela natureza dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, aumentando a complexidade da adequada mensuração e classificação contábil desses ativos.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; (ii) às especificidades relacionadas à mensuração e ao processo de capitalização de gastos com a infraestrutura da concessão, os quais envolvem determinado grau de julgamento por parte da Administração na distinção entre custos capitalizáveis e despesas de manutenção; e (iii) ao elevado grau de julgamento requerido na avaliação da recuperabilidade dos ativos, que depende da utilização de premissas e estimativas de natureza subjetiva.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) A avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão.
- ii) A execução de procedimentos de auditoria sobre a análise de recuperabilidade dos ativos preparada pela Administração, com o objetivo de avaliar a existência de eventuais indicativos de redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025. Como parte desses procedimentos, desafiamos as estimativas e premissas relevantes de negócio, incluindo projeções de crescimento de receita, custos e despesas, bem como envolvemos especialistas para avaliação do modelo utilizado na elaboração das premissas, verificação do cálculo matemático e revisão da taxa de desconto, a fim de avaliar se os ativos de infraestrutura da concessão apresentavam indícios de desvalorização.
- iii) Execução de testes substantivos, em base amostral, sobre as adições ao ativo, com a finalidade de avaliar a ocorrência, a mensuração e a natureza dos gastos, bem como a adequação da classificação entre custos capitalizáveis ou despesas, por meio da inspeção da documentação suporte correspondente.
- iv) A execução de testes, em base amostral, sobre as transferências realizadas de ativo de contrato (obras em andamento) para ativo intangível, com o objetivo de avaliar a exatidão do momento de início da amortização.
- v) A avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas ao processo de capitalização de ativos, bem como ajustes de natureza imaterial, os quais demandaram a reavaliação de nossa abordagem de auditoria e a ampliação da extensão dos nossos procedimentos inicialmente planejados, com o objetivo de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. A Administração, no exercício de seu julgamento, decidiu não registrar tais ajustes, por tê-los considerado imateriais no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável o processo de reconhecimento da infraestrutura da concessão – compreendendo o ativo intangível, o ativo de contrato e a outorga da concessão, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Iguá Saneamento S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	3	3.943	4.768	3.457.971	2.623.120
Custo dos serviços prestados	4	-	-	(2.364.949)	(1.739.976)
Lucro bruto		3.943	4.768	1.093.022	883.144
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	4	(164.725)	(143.540)	(474.417)	(415.356)
Outras receitas		1.000	140.820	7.012	141.367
Resultado de equivalência patrimonial	12	(610.037)	(369.074)	6.072	6.213
		(773.762)	(371.794)	(461.333)	(267.776)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		(769.819)	(367.026)	631.689	615.368
Receitas financeiras	5	238.956	191.127	208.171	224.449
Despesas financeiras	5	(96.647)	(133.553)	(1.783.631)	(1.355.380)
Resultado financeiro, líquido		142.309	57.574	(1.575.460)	(1.130.931)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(627.510)	(309.452)	(943.771)	(515.563)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	540	(9.324)	(8.184)	(26.835)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	326.054	225.086
Prejuízo do exercício		(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(626.970)	(318.776)	(626.970)	(318.776)
Acionistas não controladores		-	-	1.069	1.464
Prejuízo do exercício		(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)
Resultado por ação – básico e diluído (em Reais)	7	(0,968369)	(0,596662)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Saneamento S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)
Resultado abrangente total atribuível aos:				
Acionistas controladores	(626.970)	(318.776)	(626.970)	(318.776)
Acionistas não controladores	-	-	1.069	1.464
Resultado abrangente total	(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Saneamento S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(627.510)	(309.452)	(943.771)	(515.563)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:					
Resultado da equivalência patrimonial	12	610.037	369.074	(6.072)	(6.213)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(9.534)	56.990
Depreciação e amortização	4	25.401	18.381	482.450	363.359
Ganho na alienação de investimento	1.3	-	(120.816)	-	(120.816)
Provisão para (reversão de) perdas com causas judiciais	18	1.378	(324)	2.678	(116)
Encargos e variações monetárias, líquidas		(146.366)	(87.107)	1.384.153	1.025.069
Provisão para compra de água		-	-	-	30.033
Outras receitas / outras despesas		(12.913)	(24.756)	36.928	(26.541)
		(149.973)	(155.000)	946.832	806.202
Variações em:					
Contas a receber e outros recebíveis		(24.593)	(40.045)	(246.863)	(36.259)
Impostos e contribuições a recuperar		(3.275)	12.434	(25.116)	18.508
Outros ativos		(7.445)	642	(53.515)	7.647
Fornecedores e outras contas a pagar		6.451	11.894	25.033	(28.763)
Poder concedente a pagar		-	-	(2.723.777)	-
Outras obrigações		(345)	318	14.280	(33)
Provisões e encargos trabalhistas	17	994	1.857	16.431	(404)
Obrigações fiscais		(937)	4.626	8.392	12.802
		(29.150)	(8.274)	(2.985.135)	(26.502)
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis		-	-	111.673	95.645
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(58.358)	(53.766)	(376.614)	(303.862)
Imposto de renda e contribuição social pagos		895	(9.324)	(7.900)	(37.995)
		(57.463)	(63.090)	(272.841)	(246.212)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(236.586)	(226.364)	(2.311.144)	533.488
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	12 e 27 b.	(145.551)	(1.482.370)	-	-
Alienação de investimentos	1.3	-	263.723	-	263.723
Caixa advindo de incorporação		-	91.176	-	-
Aquisições de ativo imobilizado		(4.305)	(147)	(9.912)	(9.226)
Aquisições de ativo intangível e ativos de contrato	13 e 27 a.	(26.950)	(27.436)	(763.516)	(3.481.100)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	24	8.000	63.183	-	699
Dividendos pagos		-	-	-	(1.109)
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	(43.649)	(42.420)
Debêntures e outros investimentos	9	96.679	12.219	-	135
Aplicações financeiras	8	452.618	(461.332)	1.742.436	(1.200.934)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		380.491	(1.540.984)	925.359	(4.470.232)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos, debêntures e financiamentos tomados	15	-	-	932.224	5.062.348
Custo de transação pago no exercício	15	-	-	(46.355)	(224.116)
Pagamentos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(74.720)	(57.345)	(229.903)	(1.833.406)
Aumento de capital	19 a.	1.051	1.700.000	1.051	1.700.000
Reserva de capital		22.748	-	22.748	-
Recompra das ações dos executivos		(23.799)	-	(23.799)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(74.720)	1.642.655	655.966	4.704.826
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		69.185	(124.693)	(729.819)	768.082
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	7.388	132.081	972.657	204.575
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	76.573	7.388	242.838	972.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.573	7.388	241.703	972.657
Aplicações financeiras	8	158.488	559.950	349.971	1.963.362
Debêntures e outros investimentos	9	77.329	93.527	4	28
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	132.966	81.137
Contas a receber e outros recebíveis	11	81.214	61.738	559.634	338.334
Ativo financeiro	11.5	-	-	36.349	31.788
Impostos e contribuições a recuperar		12.750	10.830	60.039	37.080
Dividendos e juros de capital próprio a receber	24	-	3.000	-	-
Outros ativos		14.321	6.955	78.391	31.371
Total do ativo circulante		420.675	743.388	1.459.057	3.455.757
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.3	74.963	31.522	125.103	31.522
		495.638	774.910	1.584.160	3.487.279
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Debêntures e outros investimentos	9	1.001.077	959.525	-	-
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	68.693	57.159
Contas a receber e outros recebíveis	11	499.586	480.216	10.075	12.940
Ativo financeiro	11.5	-	-	584.207	541.863
Impostos e contribuições a recuperar		1.023	23	27.875	25.726
Dividendos e juros de capital próprio a receber	24	75.630	57.921	10.853	9.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	1.210.583	878.009
Outros ativos		468	389	17.903	13.954
Total do realizável a longo prazo		1.577.784	1.498.074	1.930.189	1.538.779
Investimentos	12	2.133.953	2.605.757	-	-
Imobilizado		4.604	559	32.461	31.242
Ativos de direito de uso		6.354	2.919	60.861	37.524
Intangível e ativo de contrato	13	85.583	80.101	14.392.963	14.141.931
Total do ativo não circulante		3.808.278	4.187.410	16.416.474	15.749.476
Total do ativo		4.303.916	4.962.320	18.000.634	19.236.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	14	35.123	27.781	337.604	345.851
Fornecedores - risco sacado	14	-	-	28.138	26.619
Poder concedente a pagar		-	-	967.573	2.725.691
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	54.215	61.180
Debêntures	16	90.569	99.800	611.224	136.172
Passivo de arrendamento		3.264	2.509	40.400	23.680
Obrigações fiscais		2.368	2.749	53.873	41.510
Provisões e encargos trabalhistas	17	49.669	47.815	92.551	76.949
Imposto de renda e contribuição social a pagar		355	-	519	736
Outras obrigações		9	354	14.128	7.675
Total do passivo circulante		181.357	181.008	2.200.225	3.446.063
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda					
	1.3	-	-	23.524	-
		181.357	181.008	2.223.749	3.446.063
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	14	20	-	37.986	104
Poder concedente a pagar		-	-	-	924.817
Empréstimos e financiamentos	15	1.206	1.206	1.082.350	994.251
Debêntures	16	700.623	737.992	11.087.557	9.691.081
Passivo de arrendamento		3.160	455	22.182	14.417
Obrigações fiscais		3.179	3.735	67.049	64.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	80.694	72.652
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		-	-	-	966
Provisão para perdas com causas judiciais	18	1.956	578	8.491	5.150
Provisão para perdas em investimentos	12	34.895	19.083	-	-
Outras obrigações		-	-	8.712	1.034
Total do passivo não circulante		745.039	763.049	12.395.021	11.768.620
Total do passivo		926.396	944.057	14.618.770	15.214.683
Patrimônio líquido					
Capital social	19 a.	4.685.424	4.684.373	4.685.424	4.684.373
Custo de transação		(56.539)	(56.539)	(56.539)	(56.539)
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	19 b.	877.372	877.372	877.372	877.372
Ações em tesouraria	19 a.	(37.792)	(13.993)	(37.792)	(13.993)
Reservas de capital	19 c.	43.214	34.239	43.214	34.239
Ágio em transações de capital	19 e.	(65.252)	(65.252)	(65.252)	(65.252)
Prejuízos acumulados		(2.068.907)	(1.441.937)	(2.068.907)	(1.441.937)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.377.520	4.018.263	3.377.520	4.018.263
Participação de não controladores		-	-	4.344	3.809
Total do patrimônio líquido		3.377.520	4.018.263	3.381.864	4.022.072
Total do passivo e patrimônio líquido		4.303.916	4.962.320	18.000.634	19.236.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	Nota	Capital social				Atribuível aos controladores						
		Capital subscrito e integralizado	Custo de transação	Ações em tesouraria	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	Reserva plano de opção de compra de ações	Reservas de capital	Ágio/Deságio em transações de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19	2.984.373	(56.539)	(13.993)	877.372	40.343	20.466	(64.838)	(1.123.161)	2.664.023	7.498	2.671.521
Aumento de capital		1.700.000	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000	-	1.700.000
Plano de opção de compra de ações		-	-	-	-	(26.570)	-	-	-	(26.570)	-	(26.570)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(506)	(506)
Baixa do deságio mediante incorporação da Spat		-	-	-	-	-	-	(414)	-	(414)	-	(414)
Baixa de participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.647)	(4.647)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(318.776)	(318.776)	1.464	(317.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19	4.684.373	(56.539)	(13.993)	877.372	13.773	20.466	(65.252)	(1.441.937)	4.018.263	3.809	4.022.072
Aumento de capital	19 a.	1.051	-	-	-	-	22.748	-	-	23.799	-	23.799
Recompra das ações dos executivos	19 a.	-	-	(23.799)	-	-	-	-	-	(23.799)	-	(23.799)
Plano de opção de compra de ações	20	-	-	-	-	761	-	-	-	761	-	761
Cancelamento do plano de opção de compra de ações	20	-	-	-	-	(14.534)	-	-	-	(14.534)	-	(14.534)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(534)	(534)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(626.970)	(626.970)	1.069	(625.901)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19	4.685.424	(56.539)	(37.792)	877.372	-	43.214	(65.252)	(2.068.907)	3.377.520	4.344	3.381.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas		4.598	126.817	3.764.671	2.904.434
Receitas de contratos com clientes	3	4.598	5.517	3.754.716	2.839.584
Outras receitas/despesas		-	121.300	421	121.840
Ganhos (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	9.534	(56.990)
Insumos adquiridos de terceiros		(113.619)	(85.678)	(2.108.798)	(1.527.726)
Custos dos serviços prestados		-	-	(1.888.896)	(1.370.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(113.619)	(85.678)	(219.902)	(157.113)
Valor adicionado bruto		(109.021)	41.139	1.655.873	1.376.708
Depreciação e amortização		(25.401)	(18.381)	(482.450)	(363.359)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(134.422)	22.758	1.173.423	1.013.349
Resultado de equivalência patrimonial	12	(610.037)	(369.074)	6.072	6.213
Receitas financeiras	5	238.956	191.127	208.171	224.449
Outras receitas líquidas		1.000	21.510	6.592	21.516
Valor adicionado (retido) total a distribuir		(504.503)	(133.679)	1.394.258	1.265.527
Pessoal		20.700	31.795	324.287	242.141
Remuneração direta		17.878	27.013	257.515	190.269
Benefícios		1.660	2.924	56.353	42.202
FGTS		1.162	1.858	10.419	9.670
Impostos, taxas e contribuições		15.094	28.030	(73.548)	626
Federais		14.464	27.726	(75.104)	(921)
Estaduais		4	-	88	78
Municipais		626	304	1.468	1.469
Remuneração de capitais de terceiros		86.673	125.272	1.769.420	1.340.072
Juros	5	83.741	118.451	1.621.837	1.159.614
Aluguéis		968	834	4.539	2.931
Outras		1.964	5.987	143.044	177.527
Remuneração de capitais próprios		(626.970)	(318.776)	(625.901)	(317.312)
Resultado do exercício atribuível aos controladores		(626.970)	(318.776)	(626.970)	(318.776)
Participação dos não controladores no resultado		-	-	1.069	1.464
Valor adicionado (retido) total distribuído		(504.503)	(133.679)	1.394.258	1.265.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre o Grupo

1.1. Informações gerais

A Iguá Saneamento S.A. ("Iguá" ou "Companhia"), juntamente com suas controladas ("Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), categoria "A", sem negociação *free float*, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e atua no setor de saneamento básico no Brasil.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026.

1.2. Contexto operacional

O Grupo atua na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, por meio de contratos de concessão e parcerias público-privadas ("PPPs") celebrados com entes públicos estaduais e municipais.

Em 31 de dezembro de 2025, o portfólio do Grupo compreendia concessões e PPPs em diferentes estágios de maturação operacional, distribuídas em diversos estados brasileiros, conforme resumido a seguir:

Companhias	Início (a)	Término (a)	Segmento	Tipo de serviço
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	20/01/2008	19/01/2038	Concessão	Água e esgoto
Paranaguá Saneamento S.A.	20/05/2008	20/08/2045	Concessão	Água e esgoto
Águas Cuiabá S.A.	18/04/2012	02/12/2050	Concessão	Água e esgoto
Águas de Andradina S.A.	04/10/2010	03/10/2040	Concessão	Água e esgoto
Águas de Castilho S.A.	12/11/2010	11/11/2040	Concessão	Água e esgoto
Iguá Rio de Janeiro S.A.	07/02/2022	06/02/2057	Concessão	Água e esgoto
Iguá Sergipe S.A.	01/05/2025	01/05/2060	Concessão	Água e esgoto
Agreste Saneamento S.A.	01/09/2012	31/08/2042	PPP	Água
Atibaia Saneamento S.A.	01/07/2013	30/06/2043	PPP	Esgoto
Iguaçu Saneamento S.A.	13/01/2025	13/01/2049	PPP	Esgoto

(a) As datas de início e término apresentadas na tabela correspondem ao período de vigência dos contratos das operações.

As concessões e PPPs possuem prazos longos e demandam volumes relevantes de investimentos iniciais em infraestrutura, sendo característica do modelo de negócio do setor a concentração de desembolsos nos primeiros anos de operação, com geração crescente de caixa ao longo da vida contratual.

Durante o exercício de 2025, destacaram-se, entre outros eventos operacionais relevantes, o início da operação plena da concessão de Iguá Sergipe S.A. e da PPP da Iguaçu Saneamento S.A., bem como a conclusão do pagamento da última parcela da outorga fixa da concessão da Iguá Rio de Janeiro S.A., eventos estes alinhados aos respectivos contratos e planos de negócios.

1.3. Ativos não circulantes mantidos para venda

Em 28 de maio de 2025, a Companhia celebrou contrato para a alienação da totalidade das participações societárias detidas nas concessionárias Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho S.A., operação inserida na estratégia de gestão de portfólio do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Em relação a essas transações, em 31 de dezembro de 2025 as condições precedentes previstas contratualmente ainda não haviam sido integralmente cumpridas, razão pela qual os ativos permaneciam sob controle da Companhia na referida data-base, tendo sido classificados como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Adicionalmente, em linha com a estratégia de gestão de portfólio do Grupo, a Administração já havia aprovado e iniciado, em 2025, o processo de alienação da totalidade da participação detida diretamente pela Iguá na Saneamento de Mirassol – Sanessol S.A., motivo pelo qual esse investimento também foi classificado como “ativo não circulante mantido para venda” em 31 de dezembro de 2025.

Subsequentemente, em 27 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, envolvendo a alienação da totalidade da participação detida na referida concessionária, conforme detalhes apresentados na nota explicativa nº 28 – Eventos subsequentes.

Cabe destacar que, conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 – Base de consolidação, as concessionárias Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho S.A. não são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. Dessa forma, os saldos apresentados na tabela a seguir refletem os ativos e passivos associados à Saneamento de Mirassol – Sanessol S.A, enquanto o impacto das não consolidadas consta apenas na linha de investimentos da Controladora. Apresentamos a seguir o efeito das transações realizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.135	-
Depósitos bancários vinculados	-	-	1.866	-
Outros investimentos	-	-	24	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	8.639	-
Impostos a recuperar	-	-	8	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.522	-
Investimentos	74.963	31.522	35.869	31.522
Imobilizado e direito de uso	-	-	1.391	-
Intangível e ativo de contrato	-	-	72.103	-
Outros ativos	-	-	2.546	-
Ativos classificados como mantidos para venda	74.963	31.522	125.103	31.522
Passivo				
Fornecedor e outras contas a pagar	-	-	6.447	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	12.465	-
Passivo fiscal diferido	-	-	501	-
Obrigações fiscais	-	-	671	-
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	-	-	1.500	-
Provisão para perdas com causas judiciais	-	-	102	-
Outras obrigações	-	-	1.838	-
Obrigações diretamente associadas a ativos classificados como mantidos para venda	-	-	23.524	-
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo de mantidos para venda	74.963	31.522	101.579	31.522

A Administração avaliou que os valores esperados de realização desses ativos excedem seus respectivos valores contábeis, não havendo, portanto, necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”).

1.4. Continuidade operacional

A Administração avalia continuamente a capacidade do Grupo de manter suas operações no curso normal dos negócios, considerando sua posição financeira, estrutura de capital, liquidez e os fluxos de caixa projetados com base nos planos de negócios das concessões e PPPs em operação.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo, refletindo, principalmente, obrigações de curto prazo associadas ao estágio inicial da concessão de Iguá Sergipe S.A., incluindo parcelas de outorga e encargos financeiros com vencimento em 2026. Essa condição é consistente com o modelo econômico-financeiro da concessão e com o respectivo plano de negócios.

A Administração encontra-se em processo avançado de estruturação do financiamento de longo prazo da concessão de Iguá Sergipe S.A., com o objetivo de substituir dívidas de curto prazo e adequar o perfil de vencimento das obrigações financeiras ao fluxo de geração de caixa do projeto. As negociações contemplam diferentes instrumentos e fontes de recursos, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento, bancos de fomento, organismos multilaterais e emissões no mercado de capitais, compondo estrutura compatível com o plano econômico-financeiro da concessão. Adicionalmente, o Grupo possui histórico de acesso a fontes diversificadas de financiamento e mantém relacionamento ativo com credores e investidores institucionais.

A Controladora apresentava capital circulante líquido positivo, em 31 de dezembro de 2025, e integra grupo econômico com comprovada capacidade de captação no mercado de capitais e junto a instituições financeiras.

Apesar de o Grupo ter apurado prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esse resultado é compatível com o estágio de desenvolvimento das concessões mais recentes, que demandam investimentos significativos nos primeiros anos de operação. À medida que essas concessões avançam em seu ciclo de maturação, espera-se a intensificação da geração operacional de caixa, conforme previsto nos respectivos planos de negócios.

Com base nas projeções atualizadas de fluxo de caixa e nas iniciativas de estruturação de financiamento em curso, a Administração concluiu que o Grupo acessará os recursos suficientes para honrar suas obrigações à medida que vencem, não tendo identificado incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. As controladas diretas e as controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Controladas	Controle	Participação	
		2025	2024
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. (b)	Direto	90,00%	90,00%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Paranaguá Saneamento S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Rio de Janeiro S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Águas Cuiabá S.A. (c)	Direto	94,69%	94,15%
Agreste Saneamento S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	Direto	100,00%	100,00%
Atibaia Saneamento S.A.	Direto	100,00%	100,00%
PCT Participações Ltda.	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Investimentos SPE - 001 S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Sergipe S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Iguaçu Saneamento S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Águas de Andradina S.A. (a)	Em conjunto	70,00%	70,00%
Águas de Castilho S.A. (a)	Em conjunto	70,00%	70,00%

(a) Apesar dos 70% do poder de voto em Águas de Andradina S.A. e de Águas de Castilho S.A., o Grupo possui controle compartilhado estabelecido contratualmente que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Consequentemente, estas empresas são consideradas controladas em conjunto e, portanto, são registradas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Ativos classificados como "Ativos não circulantes mantidos para venda" conforme nota explicativa 1.3.

(b) Ativo classificado como "Ativos não circulantes mantidos para venda", conforme nota explicativa 1.3.

As controladas que possuem participação societária em outras investidas estão listadas a seguir. Consequentemente, a Companhia controla indiretamente tais investidas.

Controladas	Investidas	Participação	
		2025	2024
PCT Participações Ltda.	Águas Cuiabá S.A. (c)	5,31%	5,85%
Iguá Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.	100,00%	100,00%

c) Alteração de participação devido aos aumentos de capital social realizado pela Iguá Saneamento S.A. ao longo de 2025, no montante de R\$142.321.

2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

O Grupo avaliou normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e não adotou nenhuma norma de forma antecipada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas.

Em relação as demais normas contidas na tabela acima, não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo em períodos futuros.

Relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu as normas IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*, que estabelecem um conjunto de diretrizes para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e, em particular, aos riscos e oportunidades climáticos.

Essas normas não alteram os critérios de reconhecimento, mensuração ou apresentação das demonstrações financeiras, mas introduzem requerimentos adicionais de divulgação no contexto de relatórios corporativos mais amplos. A Administração acompanha a evolução das discussões regulatórias e de mercado relacionadas à adoção dessas normas, incluindo eventuais requerimentos aplicáveis no Brasil, e avalia os potenciais impactos sobre as divulgações futuras da Companhia.

Reforma tributária

Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo referem-se, principalmente:

- (i) à mensuração das receitas não faturadas;
- (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato;
- (iii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas;
- (iv) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros;
- (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão;
- (vi) à provisões para perdas com causas judiciais; e
- (vii) à transações com pagamentos baseados em ações.

As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento das concessões. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira do Grupo.

Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Administração revisou parâmetros e premissas utilizados na mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e nos critérios relacionados à avaliação da expectativa de realização das receitas reconhecidas. Essa revisão decorre do aprimoramento contínuo dos modelos de estimativa adotados pela Companhia, com base na evolução do histórico de inadimplência, no comportamento recente da base de clientes e na maturidade operacional das concessões.

A revisão realizada resultou em atualização das estimativas utilizadas na mensuração desses saldos, sendo seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras do exercício corrente.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

O Grupo apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A mensuração da receita reflete o valor que o Grupo espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão.

A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de inadimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada.

As receitas do Grupo são compostas principalmente por receitas tarifárias reguladas decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, receitas de construção relacionadas à expansão da infraestrutura das concessões, receitas associadas a ativos financeiros de concessão e receitas de serviços corporativos prestados a investidas.

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas de serviços ainda não faturadas, correspondem a auferida entre a data da última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme previsto nos contratos de concessão e dependem de homologação das Agências Reguladoras.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

Durante a fase de construção (infraestrutura da concessão), o ativo pode ser classificado como um ativo financeiro ou como um ativo intangível.

O ativo classificado como um ativo intangível não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. O Grupo estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero.

O ativo classificado como um ativo financeiro, constitui direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados. O Grupo estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais *gross up* dos impostos Pis e COFINS.

Abaixo, está divulgado como as controladas do Grupo mensuram a receita proveniente dos contratos de concessão de serviços e construção:

Controladas	Modelo de mensuração
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Intangível
Paranaguá Saneamento S.A.	Intangível
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Intangível
Iguá Rio de Janeiro S.A.	Intangível
Iguá Sergipe S.A.	Intangível
Agreste Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Atibaia Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Iguaçu Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
SPAT Saneamento S.A. (a)	Ativo Financeiro
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. (*)	Intangível
Águas Pontes e Lacerda Ltda. (*)	Intangível
Águas Colíder Ltda. (*)	Intangível
Águas Alta Floresta Ltda. (*)	Intangível
Águas Piquete S.A. (*)	Intangível
Águas Canarana Ltda. (*)	Intangível
Águas Comodoro Ltda. (*)	Intangível

(a) O prazo do contrato de concessão da controlada SPAT Saneamento S.A. foi encerrado em 1 de fevereiro de 2024.

(*) No dia 29 de outubro de 2024, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias detidas pela Companhia destas operações.

c) Receita de ativo financeiro

A receita de ativo financeiro aplica-se às concessões estruturadas no modelo de ativo financeiro, usualmente presentes em contratos de parceria público-privada (PPP), nos quais a concessionária possui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura. Nesses casos, os dispêndios incorridos na fase de construção dão origem a um ativo financeiro correspondente ao direito de recebimento da contraprestação contratual, o qual é posteriormente atualizado por taxa de desconto aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Embora possua natureza financeira, essa atualização é apresentada como receita operacional, por representar parte integrante da remuneração do contrato de concessão e do modelo econômico da prestação do serviço público, conforme orientações previstas na OCPC 05 – Contratos de Concessão. As taxas de desconto utilizadas para atualização do ativo financeiro estão descritas abaixo:

Controladas	Taxa de desconto	
	2025	2024
SPAT Saneamento S.A.	-	9,08%
Agreste Saneamento S.A.	11,85%	11,85%
Atibaia Saneamento S.A.	10,14%	10,14%
Iguaçu Saneamento S.A.	13,09%	-

d) Receita de serviços de operação

A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

e) Serviços management fee

Essas receitas são auferidas pela controladora e reconhecidas na linha de serviço, decorrentes da cobrança de taxa de administração pela prestação de suporte à gestão administrativa, financeira e operacional das controladas em conjunto pela Companhia.

3.2. Composição

Receitas apresentadas com referência a política	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Água (a)	-	-	1.783.509	1.212.223
Esgoto (a)	-	-	1.186.201	929.469
Construção (b)	-	-	751.662	660.943
Serviços (d) e (e)	4.598	5.517	237.238	125.493
Ativo financeiro (c)	-	-	96.379	84.280
Abatimentos e cancelamentos	-	-	(300.273)	(172.824)
Total da receita operacional	4.598	5.517	3.754.716	2.839.584
Impostos sobre serviços	(655)	(749)	(296.745)	(216.464)
Total da receita operacional líquida	3.943	4.768	3.457.971	2.623.120

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de construção	-	-	(755.742)	(662.229)
Água	-	-	(607.192)	(353.954)
Depreciação e amortização	(25.401)	(18.381)	(482.450)	(363.359)
Pessoal	(24.508)	(39.129)	(359.213)	(275.106)
Serviços de terceiros	(97.331)	(66.603)	(312.674)	(188.148)
Outorga e taxas de fiscalização	-	-	(96.313)	(83.348)
Energia elétrica	(34)	(75)	(88.347)	(65.722)
Outros custos e despesas	(16.073)	(19.676)	(70.462)	(64.204)
Materiais	-	-	(51.722)	(35.872)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	-	-	(22.107)	(6.516)
Provisão para perdas com causas judiciais	(1.378)	324	(2.678)	116
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	9.534	(56.990)
Total	(164.725)	(143.540)	(2.839.366)	(2.155.332)
Custo dos serviços prestados	-	-	(2.364.949)	(1.739.976)
Despesas administrativas e gerais	(164.725)	(143.540)	(474.417)	(415.356)
Total	(164.725)	(143.540)	(2.839.366)	(2.155.332)

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras, contas a receber de clientes e operações com partes relacionadas e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e com a atualização da outorga que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	57.856	23.712	166.898	183.076
Juros sobre contas a receber de cliente	-	-	30.589	22.731
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.388	2.810	4.393	7.355
Outras receitas financeiras	699	884	3.214	2.603
Receitas de mútuos com partes relacionadas - Nota 24	56.260	49.587	1.698	1.762
Descontos obtidos	62	6	790	5.315
Receitas de debêntures com partes relacionadas - Nota 24	123.165	107.916	-	-
Perda (ganho) líquida(o) na remensuração das debêntures conversíveis	(474)	6.212	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	589	1.607
Total	238.956	191.127	208.171	224.449
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(83.457)	(91.473)	(1.616.723)	(1.128.549)
Fiança bancária	-	-	(68.024)	(52.346)
Atualização de outorga	-	-	(40.842)	(102.583)
PIS e COFINS	(10.893)	(8.884)	(17.645)	(17.743)
Comissões e despesas bancárias	(878)	(574)	(18.668)	(10.521)
Outras despesas financeiras	(1.086)	(5.174)	(15.511)	(10.764)
Juros sobre arrendamento	(284)	(158)	(4.991)	(1.830)
Imposto sobre operações financeiras	(49)	(232)	(1.104)	(496)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas - Nota 24	-	-	(123)	(285)
Remuneração debêntures (waiver)	-	(27.058)	-	(30.263)
Total	(96.647)	(133.553)	(1.783.631)	(1.355.380)
Resultado financeiro líquido	142.309	57.574	(1.575.460)	(1.130.931)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.

c) Subvenções governamentais

A controlada Agreste Saneamento S.A. possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. A controladas diretas Águas Cuiabá S.A. e Águas Canarana Ltda.(*), e as controladas indiretas Águas Alta Floresta Ltda.(*), Águas Colíder Ltda.(*), Águas Comodoro Ltda.(*) e Águas Pontes e Lacerda Ltda.(*), possuem uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

(*) No dia 29 de outubro de 2024, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias detidas pela Companhia destas operações.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Consolidado	Ativos		Passivos		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (b)	1.165.632	852.457	-	-	313.175	182.349
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	188.654	149.982	-	-	38.672	48.953
Outras provisões	11.664	8.795	-	-	2.869	(1.259)
Provisão para perdas em causas judiciais	2.219	1.554	-	-	665	187
Arrendamentos	560	179	-	-	381	101
Contas a receber e intangíveis líquidos - contratos de concessão	810	-	125.689	108.805	(16.074)	(6.546)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	-	-	-	4.653
Amortização fiscal de ágio sobre aquisições	-	-	7.294	7.665	371	371
Direitos a faturar	-	-	44.941	30.241	(14.700)	(3.018)
Juros capitalizados	-	-	53.196	54.946	1.750	2.199
Custo de transação	-	-	797	1.013	216	177
Receita órgão público	-	-	5.499	2.580	(2.919)	(874)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	-	2.234	2.360	126	(2.360)
	1.369.539	1.012.967	239.650	207.610	324.532	224.933
Compensação (a)	(158.956)	(134.958)	(158.956)	(134.958)	-	-
Total	1.210.583	878.009	80.694	72.652	324.532	224.933
Impacto no resultado dos ativos mantidos para venda	-	-	-	-	1.522	153
Total	1.210.583	878.009	80.694	72.652	326.054	225.086

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(a) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(b) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão.

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	(627.510)	(309.452)	(943.771)	(515.563)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Benefício com imposto à alíquota nominal	213.353	105.214	320.882	175.291
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Resultado de equivalência patrimonial	(207.413)	(125.485)	2.064	2.112
Despesas não dedutíveis	(3.760)	(1.599)	(7.398)	(4.965)
Subvenção governamental	-	-	6.339	13.068
Base negativa/prejuízo fiscal - não reconhecido	(6.932)	4.496	(10.414)	(3.620)
Incentivo de longo prazo	-	8.249	-	8.249
Outras	5.292	(199)	6.397	8.116
Total	540	(9.324)	317.870	198.251
Imposto corrente	540	(9.324)	(8.184)	(26.835)
Imposto diferido	-	-	326.054	225.086
Total de imposto de renda e contribuição social	540	(9.324)	317.870	198.251
Alíquota efetiva	(0%)	3%	(34%)	(38%)

6.4. Expectativa de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social, a serem compensados com resultados futuros tributáveis. A estimativa é de realização integral do ativo fiscal diferido antes do fim dos contratos de concessão.

A estimativa de realização foi elaborada com base no Plano de Negócios 2026-2030, que considera a maturação da eficiência operacional, o crescimento da base de economias em função da expansão da cobertura dos serviços, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e ações de fiscalização. Essas projeções incorporam também a estrutura de financiamento das concessões e o respectivo cronograma de serviço da dívida, indicando a geração de resultados tributáveis ao longo do prazo das concessões em montante suficiente para absorver integralmente os créditos fiscais reconhecidos.

7. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(626.970)	(318.776)
Média ponderada de ações no período (a)	647.449.439	534.265.594
Resultado por ação básico e diluído (reais)	(0,968369)	(0,596662)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº19, a Companhia possui 90,8 milhões de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ação, que por sua natureza são consideradas no denominador do cálculo do resultado por ação básico e diluído.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

8.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos do Grupo, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que o Grupo possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Composição

			Controladora		Consolidado	
		Taxa média anual de remuneração	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa						
Saldos bancários			174	670	38.769	29.302
Certificado de depósito bancário	100,91% do CDI	14,44%	75.289	6.718	123.305	922.543
Operações compromissadas	93,15% do CDI	13,33%	1.110	-	79.629	20.812
Total de caixa e equivalentes de caixa (b)			76.573	7.388	241.703	972.657
Aplicações financeiras						
Fundo de investimento (a)	100,21% do CDI	14,34%	158.488	559.950	349.971	1.963.362
Total de aplicações financeiras			158.488	559.950	349.971	1.963.362
Total			235.061	567.338	591.674	2.936.019

(a) Fundos de investimento, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa, do tipo FIC, com liquidez diária, referenciados ao DI, bem como em títulos públicos, remunerado a condições e taxas normais de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, crédito e liquidez, bem como a respectiva análise de sensibilidade, estão divulgadas na nota explicativa nº22.

(b) O saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado acima não inclui os montantes classificados como "ativos não circulantes mantidos para venda", conforme divulgado na nota explicativa nº1.3. Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, esses saldos são considerados na variação de caixa e equivalentes de caixa do período, resultando em diferença entre os valores apresentados nesta nota e aqueles divulgados na demonstração dos fluxos de caixa.

9. Debêntures e outros investimentos

9.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado.

9.2. Composição

	Indexador	Taxa média anual de remuneração	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
Conta capital	CDI	14,31%	-	-	-	28	28
2ª Emissão - Águas Cuiabá S.A.	IPCA	10,36%	2034	777.952	796.042	-	-
1ª Emissão - Iguá Rio de Janeiro S.A.		1,20%	2027	61.199	53.918	-	-
3ª Emissão - Iguá Rio de Janeiro S.A.		2,00%	2028	27.250	23.585	-	-
1ª Emissão - Iguá Sergipe S.A.		2,50%	2029	55.998	48.283	-	-
3ª Emissão - Paranaguá Saneamento S.A.	CDI	18,31%	2029	75.573	63.568	-	-
4ª Emissão - Paranaguá Saneamento S.A.	CDI	18,31%	2029	32.374	27.231	-	-
5ª Emissão - Paranaguá Saneamento S.A.	CDI	18,31%	2028	19.676	16.551	-	-
6ª Emissão - Paranaguá Saneamento S.A.	CDI	18,31%	2028	6.880	5.787	-	-
7ª Emissão - Paranaguá Saneamento S.A.	CDI	18,31%	2029	21.504	18.087	-	-
Circulante				77.329	93.527	28	28
Não circulante				1.001.077	959.525	-	-
Total				1.078.406	1.053.052	28	28

10. Depósitos bancários vinculados

	Rentabilidade média	Taxa média anual de remuneração	Consolidado	
			2025	2024
Fundos de investimento	100,98% do CDI	14,45%	198.494	113.119
Certificados de depósito bancário			-	25.177
Conta corrente			3.165	-
Circulante			132.966	81.137
Não circulante			68.693	57.159
Total			201.659	138.296

Depósitos bancários vinculados, em 31 de dezembro de 2025, referem-se principalmente a montantes retidos nas controladas (a) Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto no montante de R\$59.009, relativos a: (I) constituição de conta pagamento no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; (II) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor da parcela vincenda do subcrédito B; (III) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1 (uma) parcela do valor do serviço da dívida do subcrédito A e (IV) constituição complementar a conta reserva BNDES para performar o montante equivalente a 3 (três) parcelas do valor do serviço da dívida do subcrédito A; (b) Agreste Saneamento S.A. no montante de R\$5.313, relativos a constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal no montante equivalente às três parcelas mensais vincendas; (c) Atibaia Saneamento S.A., no montante de R\$3.666, relativos a constituição de conta reserva de recursos equivalentes a 3 (três) parcelas mensais vincendas mantido junto à Caixa Econômica Federal; (d) Iguá Rio de Janeiro S.A., no montante de R\$133.671, relativos a (I) constituição da conta pagamento no montante equivalente a 1 (uma) parcela do serviço dos financiamentos do Saneamento para Todos contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A.; (II) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures; (III) constituição da conta pagamento composta mensalmente em montante equivalente a 1/6 do valor da parcela da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e (IV) constituição da conta reserva no montante equivalente a 1 (uma) parcela da 1ª série da 4ª emissão de debêntures.

11. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro

11.1. Política contábil e critérios de mensuração

As contas a receber, outros recebíveis, e o ativo financeiro decorrente de contratos de parceria público-privada ("PPPs") do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento, ajustados com base em informações prospectivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

11.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto das concessões, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de saneamento e serviços – Concessões	-	-	609.323	480.909
Contas a receber de saneamento e serviços - PPP's	-	-	31.168	14.963
Direitos a faturar de saneamento (a) – Concessões	-	-	145.655	98.582
Direitos a faturar de saneamento (a) – PPP's	-	-	61.251	58.437
Subtotal contas a receber - Concessões e PPP's	-	-	847.397	652.891
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Concessões	-	-	(274.793)	(291.646)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PPP's	-	-	(26.106)	(26.106)
(-) Ajuste a valor presente – PPPs	-	-	(10.674)	(10.671)
Total líquido de contas a receber - Concessões e PPP's	-	-	535.824	324.468
Créditos operacionais com partes relacionadas (CSC, rateios e assistência técnica)	24	204.037	189.537	204
Crédito decorrente de venda de participação societária	24	36.907	36.907	-
Empréstimos a receber – partes relacionadas	24	339.856	315.510	14.308
Outros	-	-	19.373	13.892
Total outros recebíveis		580.800	541.954	33.885
			33.885	26.806
Circulante		81.214	61.738	559.634
Não circulante		499.586	480.216	10.075
Total		580.800	541.954	569.709
			351.274	

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados. Para as concessões correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras e no caso das PPP's refere-se ao mês que ainda não foi faturado.

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber das PPP's é de 10,71% ao ano.

11.3. Composição por vencimento do contas a receber

A composição por vencimento apresentada a seguir refere-se exclusivamente aos saldos de contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar relacionados às concessões e PPPs, cujo total corresponde ao “Total líquido de contas a receber – Concessões e PPPs” apresentado na tabela da nota 11.2.

Os outros recebíveis, que incluem principalmente créditos com partes relacionadas, empréstimos *intercompany* e outros créditos operacionais e financeiros, também apresentados na nota 11.2, não estão sujeitos à mesma dinâmica de faturamento e cobrança e, portanto, não são apresentados na análise de vencimentos (aging).

Faixas	Concessões		PPP's		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
A vencer	398.714	304.493	66.313	47.294	465.027	351.787
Vencidos até 30 dias	71.504	33.519	-	-	71.504	33.519
Vencidos até 60 dias	15.832	15.036	-	-	15.832	15.036
Vencidos até 90 dias	14.419	9.552	-	-	14.419	9.552
Vencidos até 120 dias	8.785	8.047	-	-	8.785	8.047
Vencidos até 150 dias	7.661	3.247	-	-	7.661	3.247
Vencidos até 180 dias	6.740	4.609	-	-	6.740	4.609
Vencidos acima de 180 dias (a)	231.323	200.988	26.106	26.106	257.429	227.094
Subtotal	754.978	579.491	92.419	73.400	847.397	652.891
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(274.793)	(291.646)	(26.106)	(26.106)	(300.899)	(317.752)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(10.674)	(10.671)	(10.674)	(10.671)
Total	480.185	287.845	55.639	36.623	535.824	324.468

(a) Em sua maioria refere-se a clientes públicos.

11.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

O movimento nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	260.905
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	56.847
Saldos em 31 de dezembro de 2024	317.752
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(9.534)
Transferidos para ativos mantidos para venda	(7.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	300.899

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve baixas relevantes de créditos considerados irrecuperáveis.

11.5. Ativo financeiro

O ativo financeiro refere-se aos valores a receber decorrentes de contratos de parceria público-privada (PPPs), nos quais o Grupo detém direito contratual incondicional de receber caixa dos entes concedentes, independentemente do nível de utilização dos serviços pela população usuária, conforme previsto nos respectivos contratos de concessão e nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

Esses valores são reconhecidos como ativo financeiro na medida em que os investimentos são realizados e esses direitos constituídos são remunerados, sendo mensurados pelo custo amortizado e ajustados a valor presente, quando aplicável, com base em taxas que refletem as condições de mercado e o perfil de risco dos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro totalizava R\$ 620.556 (R\$ 573.651 em 31 de dezembro de 2024), estando apresentado majoritariamente no ativo não circulante do balanço patrimonial, exceto pela parcela com realização prevista no curto prazo.

12. Investimentos

12.1. Política contábil

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

As controladas são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



12.2. Composição e movimentação dos investimentos e provisão para perda em investimentos

a) Controladora

	2025				
	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investidas					
Sanessol	90,00%	89.234	45.796	43.438	10.687
Guaratinguetá	100,00%	656	9	647	64
Cuiabá	94,69%	1.858.747	1.190.164	668.583	(1.446)
Iguá Rio de Janeiro	100,00%	9.064.072	8.839.229	224.843	(348.039)
Agreste	100,00%	447.580	281.306	166.274	34.361
Atibaia	100,00%	307.212	292.187	15.025	4.082
Iguá Sergipe	100,00%	5.249.547	4.182.795	1.066.752	(268.969)
Iguá Serviços	100,00%	21.473	223	21.250	(10.550)
Iguá Investimentos	100,00%	1	-	1	-
Total		17.038.522	14.831.709	2.206.813	(579.810)
Provisão para perda em investidas					
Iguaçu	100,00%	20.891	22.003	(1.112)	(8.874)
Paranaguá	100,00%	520.363	546.658	(26.295)	(26.417)
PCT Participações	100,00%	29.453	36.941	(7.488)	(17)
Total		570.707	605.602	(34.895)	(35.308)
Total investimentos líquido		17.609.229	15.437.311	2.171.918	(615.118)

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Saldo 2024	Transferido para mantido para venda	Reapuração dos juros sobre capital próprio	Diluição Societária	Debêntures convertíveis	Aumento/ integralização de capital	Equivalência	Transferên- cia de inves- timentos	Aditamento contratual	Dividendos e Juros Capital Próprio	Saldo 2025
Investidas											
Sanessol	34.285	(39.094)	-	-	-	-	9.618	-	-	(4.809)	-
Guaratinguetá	583	-	-	-	-	-	64	-	-	-	647
Cuiabá	496.370	-	2.366	(525)	-	142.321	(1.368)	-	-	-	639.164
Iguá Rio de Janeiro	(867.563)	-	-	-	52.200	-	(348.039)	-	-	-	(1.163.402)
Agreste	149.094	-	-	-	-	-	34.361	-	-	(17.181)	166.274
Atibaia	11.949	-	-	-	-	-	4.081	-	-	(1.005)	15.025
Paranaguá	122	-	-	-	-	-	-	(122)	-	-	-
Iguá Sergipe	623.321	-	-	-	-	-	(268.968)	-	-	-	354.353
Iguaçu	5.412	-	-	-	-	-	-	(5.412)	-	-	-
Iguá Serviços	-	-	-	-	-	42.887	(10.550)	(11.087)	-	-	21.250
Iguá Investimentos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	453.574	(39.094)	2.366	(525)	52.200	185.208	(580.801)	(16.621)	-	(22.995)	33.312
Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações											
Iguá Rio de Janeiro	1.439.785	-	-	-	(52.200)	-	-	-	658	-	1.388.243
Iguá Sergipe	712.398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	712.398
Total investimentos	2.605.757	(39.094)	2.366	(525)	-	185.208	(580.801)	(16.621)	658	(22.995)	2.133.953
Provisão para perda em investidas											
Iguá Serviços	(11.087)	-	-	-	-	-	-	11.087	-	-	-
Iguaçu	-	-	-	-	-	2.350	(8.874)	5.412	-	-	(1.112)
Paranaguá	-	-	-	-	-	-	(26.417)	122	-	-	(26.295)
PCT Participações	(7.996)	-	-	525	-	-	(17)	-	-	-	(7.488)
Total	(19.083)	-	-	525	-	2.350	(35.308)	16.621	-	-	(34.895)
Total investimentos líquido	2.586.674	(39.094)	2.366	-	-	187.558	(616.109)	-	658	(22.995)	2.099.058

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	2024				
	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos					
Sanessol	90,00%	78.440	40.346	38.094	10.119
Guaratinguetá	100,00%	584	1	583	52
SPAT	100,00%	-	-	-	8.031
Cuiabá	94,15%	1.719.165	1.193.999	525.166	18.638
Iguá Rio de Janeiro	100,00%	10.405.302	9.833.079	572.223	(407.436)
Agreste	100,00%	416.892	267.798	149.094	32.940
Atibaia	100,00%	279.135	267.187	11.948	(60)
Paranaguá	100,00%	516.758	516.636	122	(23.830)
Iguá Sergipe	100,00%	5.065.971	3.730.251	1.335.720	(16.680)
Iguaçu	100,00%	5.420	8	5.412	14
Iguá Investimentos	100,00%	1	-	1	-
Total		18.487.668	15.849.305	2.638.363	(378.212)
Provisão para perda em investimentos					
Iguá Serviços	100,00%	27.784	38.872	(11.088)	(7.814)
PCT Participações	100,00%	28.911	36.907	(7.996)	2.213
Total		56.695	75.779	(19.084)	(5.601)
Total investimentos líquido		18.544.363	15.925.084	2.619.279	(383.813)

	Saldo 2023	Ágio	Incorporação	Diluição Societária	Aumento capital/ Debêntures conversíveis	Equivalência	Transferência de investimentos	Aditamento contratual	Dividendos e Juros Capital Próprio	Saldo 2024
Investimentos										
Sanessol	29.732	-	-	-	-	9.107	-	-	(4.554)	34.285
Guaratinguetá	531	-	-	-	-	52	-	-	-	583
SPAT	93.656	-	(94.462)	-	-	8.031	-	-	(7.225)	-
Cuiabá	355.563	-	-	(1.310)	124.569	17.548	-	-	-	496.370
Iguá Rio de Janeiro	(508.956)	-	-	-	48.829	(407.436)	-	-	-	(867.563)
Agreste	132.624	-	-	-	-	32.940	-	-	(16.470)	149.094
Atibaia	12.009	-	-	-	-	(60)	-	-	-	11.949
Paranaguá	-	-	-	-	50.000	(23.830)	(26.048)	-	-	122
Iguá Sergipe	-	-	-	-	640.001	(16.680)	-	-	-	623.321
Iguaçu	-	-	-	-	5.401	14	-	-	(3)	5.412
Iguá Investimentos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	115.160	-	(94.462)	(1.310)	868.800	(380.314)	(26.048)	-	(28.252)	453.574
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações										
Iguá Rio de Janeiro	1.503.282	-	-	-	(48.829)	-	-	(14.668)	-	1.439.785
Iguá Sergipe	-	-	-	-	712.399	-	-	-	-	712.398
Total investimentos	1.618.442	-	(94.462)	(1.310)	1.532.370	(380.314)	(26.048)	(14.668)	(28.252)	2.605.757
Provisão para perda em investimentos										
Iguá Serviços	(3.274)	-	-	-	-	(7.813)	-	-	-	(11.087)
Paranaguá	(26.048)	-	-	-	-	-	26.048	-	-	-
PCT Participações	(11.301)	-	-	1.092	-	2.213	-	-	-	(7.996)
Total	(40.623)	-	-	1.092	-	(5.600)	26.048	-	-	(19.083)
Total investimentos líquido	1.577.819	-	(94.462)	(218)	1.532.370	(385.914)	-	(14.668)	(28.252)	2.586.674

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



b) Consolidado

	2025				
	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas em conjunto					
Andradina	70,00%	76.870	36.648	40.222	4.505
Castilho	70,00%	20.068	9.050	11.018	4.169
Total das controladas em conjunto		96.938	45.698	51.240	8.674

	Saldo 2024	Equivalência	Dividendos e Juros Capital Próprio	Saldo 2025
Controladas em conjunto				
Andradina	25.750	3.154	(749)	28.155
Castilho	5.772	2.918	(976)	7.714
Total das controladas em conjunto	31.522	6.072	(1.725)	35.869

	2024				
	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas em conjunto					
Andradina	70,00%	71.801	35.015	36.786	4.939
Castilho	70,00%	16.782	8.538	8.244	2.155
Itapoá	50,00%	-	-	-	2.495
Total das controladas em conjunto		88.583	43.553	45.030	9.589
ESAP	50,00%	-	-	-	904
MT Participações	100,00%	-	-	-	10.398
Canarana	100,00%	-	-	-	1.838
Total Investimento		88.583	43.553	45.030	22.729
Piquete	100,00%	-	-	-	(938)
Total Provisão para perda em investimentos		-	-	-	(938)
Total investimentos líquido		88.583	43.553	45.030	21.791

	Saldo 2023	Baixa ativo mantido para venda	Ágio	Incorporação	Diluição Societária	Aumento/Integralização de capital	Equivalência	Dividendos e Juros Capital Próprio	Saldo 2024
Controladas em conjunto									
Andradina	23.114	-	-	-	-	-	3.457	(821)	25.750
Castilho	4.640	-	-	-	-	-	1.509	(377)	5.772
Itapoá	18.638	(19.885)	-	-	-	-	1.247	-	-
Total das controladas em conjunto	46.392	(19.885)	-	-	-	-	6.213	(1.198)	31.522
ESAP	4.194	(4.646)	-	-	-	-	452	-	-
MT Participações	81.804	(100.886)	(6.364)	11.955	218	3.753	9.520	-	-
Canarana	4.389	(6.637)	(601)	1.192	-	64	1.593	-	-
Total Investimento	136.779	(132.054)	(6.965)	13.147	218	3.817	17.778	(1.198)	31.522
Piquete	(6.075)	(2.146)	-	-	-	9.159	(938)	-	-
Total Provisão para perda em investimentos	(6.075)	(2.146)	-	-	-	9.159	(938)	-	-
Total investimentos líquido	130.704	(134.200)	(6.965)	13.147	218	12.976	16.840	(1.198)	31.522

13. Intangível e ativo de contrato

13.1. Política contábil

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, o Grupo reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão.

Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCPC 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável.

Adicionalmente, o Grupo reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

13.2. Composição

a) Valor contábil

Consolidado	Concessão (i)	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (ii)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga da concessão (iii)	Software	Desenvolvimento de projetos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.768	1.825.505	263.840	6.994.315	80.044	193	9.194.665
Adições	-	84	624.802	4.632.969	1.267	25.302	5.284.424
Amortização	(1.091)	(103.373)	-	(206.616)	(19.113)	-	(330.193)
Transferências	(181)	481.865	(481.684)	-	25.237	(25.237)	-
Baixas	(6.965)	-	-	-	-	-	(6.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.531	2.204.081	406.958	11.420.668	87.435	258	14.141.931
Adições (a)	-	1.338	765.700	2.698	4.755	24.100	798.591
Amortização	(1.091)	(111.801)	-	(300.860)	(24.495)	-	(438.247)
Transferências	-	481.350	(435.775)	(45.575)	-	-	-
Transferência para mantido para venda	-	(60.924)	(5.439)	-	(71)	-	(66.434)
Baixas	-	(142)	(42.736)	-	-	-	(42.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.440	2.513.902	688.708	11.076.931	67.624	24.358	14.392.963

(a) A Companhia capitalizou, em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados pela controlada Iguá Rio de Janeiro S.A., no montante de R\$1.318.

(i) Concessão

Corresponde ao direito de exploração de contratos de concessão adquirido de terceiros. Os laudos de avaliação das empresas adquiridas foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas por empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pelo Grupo, considerando projeções de receitas, despesas, sendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão, conforme apresentado a seguir:

Operação com concessão	Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	2025	2024
Paranaguá Saneamento S.A.	2045	20	39.549	39.549
Total			39.549	39.549
Depreciação acumulada			(18.109)	(17.018)
Total líquido			21.440	22.531

(ii) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2025					
		2024	Adições	Baixas	Transferência mantido para venda	Transferências	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,75	118.740	-	-	(637)	4.096	122.199
Custo de empréstimos	3,76	2.215	-	-	(663)	-	1.552
Desenvolvimento de Projetos	3,90	54.163	-	-	-	-	54.163
Máquinas, aparelhos e equipamentos	13,33	270.825	20	-	(5.539)	42.349	307.655
Rede de Água	4,56	1.049.668	-	(142)	(43.085)	159.827	1.166.268
Rede de Esgoto	4,18	1.140.446	-	-	(39.074)	275.078	1.376.450
Juros capitalizados	3,76	174.539	1.318	-	-	-	175.857
Outros	-	882	-	-	-	-	882
Total		2.811.478	1.338	(142)	(88.998)	481.350	3.205.026
Amortização acumulada		(607.397)	(111.801)	-	28.074	-	(691.124)
Total líquido		2.204.081	(110.463)	(142)	(60.924)	481.350	2.513.902

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2023	2024		
			Adições	Transferências	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6,08	113.195	-	5.545	118.740
Custo de empréstimos	4,35	2.215	-	-	2.215
Desenvolvimento de Projetos	3,90	54.163	-	-	54.163
Máquinas, aparelhos e equipamentos	13,00	245.857	82	24.886	270.825
Rede de Água	4,68	818.291	2	231.375	1.049.668
Rede de Esgoto	4,12	920.387	-	220.059	1.140.446
Juros capitalizados	4,35	174.539	-	-	174.539
Outros	-	882	-	-	882
Total		2.329.529	84	481.865	2.811.478
Amortização acumulada		(504.024)	(103.373)	-	(607.397)
Total líquido		1.825.505	(103.289)	481.865	2.204.081

(a) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(iii) Outorga de concessão

	Taxa média amortização % a.a. (a)	2025	2024
		Custo	Custo
Operações com concessão			
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	3,43	146.256	146.256
Iguá Rio de Janeiro S.A. (b)	2,86	7.300.365	7.300.365
Iguá Sergipe S.A. (c)	2,86	4.588.154	4.631.031
Total		12.034.775	12.077.652
Amortização acumulada		(957.844)	(656.984)
Total líquido		11.076.931	11.420.668

(a) Os valores pagos para obtenção do contrato de concessão, estão sendo amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

(b) Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 incluindo outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). Em 5 de junho de 2025, foi realizado o reconhecimento formal, por parte do Estado, da quitação da terceira e última parcela da outorga fixa paga em 6 de fevereiro de 2025.

(c) Refere-se a outorga fixa de R\$4.536.937 incluindo outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). No dia 5 de maio de 2025, a controlada Iguá Sergipe S.A. realizou o pagamento parcial da segunda parcela da outorga, ficando retidos os valores das outorgas relativos aos municípios de São Cristóvão e Carmópolis. No dia 3 de dezembro de 2025, foi realizado o pagamento do valor da outorga de São Cristóvão, que teve sua transferência efetiva no dia 1 de dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu juros de atualização no resultado do exercício no montante de R\$40.842 (R\$17.430 em 31 de dezembro de 2024), na rubrica "despesas financeiras", conforme nota explicativa nº 5.

b) Amortização

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo.

c) Redução ao valor recuperável

O Grupo avalia a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos intangíveis decorrente do contrato de concessão, sempre que existam indícios de perda ou, no mínimo, ao final de cada exercício social. Para fins dessa avaliação, a Administração considera como unidade geradora de caixa (UGC) o direito de concessão, uma vez que os fluxos de caixa gerados são essencialmente interdependentes e não podem ser identificados de forma individualizada para ativos específicos.

O valor recuperável da UGC é determinado com base no maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Considerando a inexistência de mercado ativo para a alienação do direito de concessão, a Administração adotou o conceito de valor em uso, calculado por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, consistente com as melhores práticas de avaliação econômica aplicáveis a concessões de infraestrutura.

Os fluxos de caixa projetados foram elaborados com base no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, abrangendo o período de 2026 até o término das concessões, e refletem as premissas operacionais, econômicas e regulatórias consideradas razoáveis e fundamentadas pela Administração, incluindo projeções de crescimento da base de clientes, evolução da cobertura de serviços, eficiência operacional, níveis de investimento e reajustes tarifários previstos contratualmente. As projeções foram elaboradas em termos nominais.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa que reflete a avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos associados à unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto nominal utilizada foi de 13,66% (10,71% em 31 de dezembro de 2024), calculada com base na metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), considerando parâmetros de mercado aplicáveis a concessões comparáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão. Como resultado dessa avaliação, o valor recuperável da unidade geradora de caixa excedeu seu valor contábil, não sendo necessária a constituição de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores diversos (a)	34.648	27.760	375.589	345.807
Operações mensais – partes relacionadas 24	495	21	1	148
	35.143	27.781	375.590	345.955
Circulante	35.123	27.781	337.604	345.851
Não circulante	20	-	37.986	104
Total	35.143	27.781	375.590	345.955

(a) Em 31 de dezembro de 2025, contempla o montante de R\$62.657 (R\$62.402 em 31 de dezembro de 2024), referente ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) e pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) à controlada Iguá Rio de Janeiro S.A. e Iguá Sergipe S.A., respectivamente. Sendo um volume fixo para os três primeiros anos ("take or pay"), e conforme consumo para o restante do prazo de concessão, com reajuste anual pelo Índice de Reajuste Contratual, conforme previsto no contrato de interdependência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fornecedores - Risco sacado

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta, em linha separada no balanço patrimonial, o montante de R\$28.138 (R\$26.619 em 31 de dezembro de 2024) referente a fornecedores risco sacado. Esta operação não altera a natureza, montantes e as condições de prazo usuais de pagamento do capital de giro do Grupo antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, também não há inclusão de juros, sendo ainda, de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas junto às instituições financeiras.

15. Empréstimos e financiamentos

15.1. Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

15.2. Composição

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a. (%) (a)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2025	2024	2025	2024
Financiamento BNDES – partes relacionadas (Sanessol)	24	TJLP		2025	-	-	-	387
Financiamento BNDES – partes relacionadas (Cuiabá)	24	TJLP	12,46	2032	-	-	214.800	231.059
Financiamento BNDES – partes relacionadas (Cuiabá)	24	IPCA	13,24	2031	-	-	87.571	97.867
Cédula de Crédito (Sanessol)		CDI	16,81	2026	-	-	-	18.585
Contrato de financiamento e repasse - CEF (Atibaia)		TR	10,88	2043	-	-	90.892	91.994
Contrato de financiamento e repasse - CEF (Agreste)		TR	10,68	2035	-	-	122.362	129.133
Contrato de financiamento e repasse (Iguá Rio)		TR	10,18	2048	-	-	645.511	512.136
Conta corrente - partes relacionadas	24	-			1.206	1.206	1.206	1.206
Mútuos - partes relacionadas	24	CDI	18,31	2028	-	-	-	339
					1.206	1.206	1.162.342	1.082.706
(-) Custo de transação					-	-	(25.777)	(27.275)
Circulante					-	-	54.215	61.180
Não circulante					1.206	1.206	1.082.350	994.251
Total					1.206	1.206	1.136.565	1.055.431

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

15.3. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia forneceu a suas controladas as seguintes garantias, avais ou fianças:

Tipo de garantia	Linha de crédito	A favor de	Consolidado	
			2025	2024
Fiadora, avalista e garantidora do banco fiador	Financiamento BNDES	Águas Cuiabá S.A.	302.371	328.926
Avalista do banco fiador	Financiamento BNDES	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	-	387
Fiadora	Cédula de Crédito	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	9.635	18.585
Garantidora	Contrato de financiamento e repasse - CEF	Agreste Saneamento S.A.	122.362	129.133
Fiadora	Contrato de financiamento e repasse - CEF	Atibaia Saneamento S.A.	90.892	91.994
Fiadora e garantidora do banco fiador	Contrato de financiamento e repasse	Iguá Rio de Janeiro S.A.	645.511	512.136
Total			1.170.771	1.081.161

15.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (“covenants”)

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício.

A Administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar o cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nos contratos de financiamento.

As controladas possuem a obrigatoriedade de cumprir os seguintes índices financeiros:

Companhia	Linha de crédito	Índices financeiros
Águas Cuiabá S.A.	Financiamento BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida ((EBITDA (-) Receitas de construção (+) Custos de construção) / Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.
Agreste Saneamento S.A.	Contrato de financiamento e repasse - CEF	Índice de cobertura do serviço da dívida ((EBITDA (-) Tributos pagos (-) Investimentos (+) Empréstimos (+) Aporte (+/-) Variação de Capital de Giro) / (Amortização do Principal + Pagamento de juros)) maior ou igual a 1,3; e Capital social maior ou igual a 20% dos investimentos financiados.
Atibaia Saneamento S.A.	Contrato de financiamento e repasse - CEF	Índice de cobertura do serviço da dívida (Fluxo de Caixa das Operações / Serviço da Dívida Total) maior ou igual a 1,3; e Capital social somado a eventuais empréstimos da acionista maior ou igual a 30% dos investimentos financiados.

15.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de empréstimos e financiamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	605.750
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	510.474
Custo de transação pago	(9.728)
Amortização de principal	(50.401)
Custo de transação	(16.698)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	433.647
Outras variações	
Provisão de juros	77.189
Juros capitalizados	(5.456)
Pagamento de juros	(55.699)
Total de outras variações	16.034
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.055.431
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	131.765
Amortização de principal	(58.690)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	73.075
Outras variações	
Transferido para passivos associados aos ativos mantidos para venda	(19.108)
Provisão de juros	123.012
Juros capitalizados (a)	1.318
Pagamento de juros	(97.163)
Total de outras variações	8.059
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.136.565

(a) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2025, os juros sobre os empréstimos captados pela controlada Iguá Rio de Janeiro S.A. no montante de R\$1.318.

16. Debêntures

16.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

16.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (a)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2025	2024	2025	2024
Debêntures 2ª emissão (Paranaguá)	IPCA	10,36	2030	-	-	194.819	223.949
Debêntures 4ª emissão (Iguá Saneamento)	CDI	17,81	2026	13.264	42.008	13.264	42.008
Debêntures 5ª emissão (Iguá Saneamento)	IPCA	10,36	2034	777.952	796.041	777.952	796.042
Debêntures 4ª emissão (Iguá Rio de Janeiro) - 1ª série	IPCA	12,46	2043	-	-	2.584.343	2.396.251
Debêntures 4ª emissão (Iguá Rio de Janeiro) - 2ª série	IPCA	12,23	2052	-	-	2.316.232	2.149.805
Debêntures 5ª emissão (Iguá Rio de Janeiro)	IPCA	11,39	2044	-	-	3.282.151	2.935.527
Debêntures 2ª emissão (Iguá Sergipe)	CDI	16,81	2029	-	-	2.184.357	-
Debêntures 3ª emissão (Iguá Sergipe)	CDI	16,81	2029	-	-	894.128	1.864.246
				791.216	838.049	12.247.246	10.407.828
(-) Custo de transação				(24)	(257)	(548.465)	(580.575)
Circulante				90.569	99.800	611.224	136.172
Não circulante				700.623	737.992	11.087.557	9.691.081
Total				791.192	837.792	11.698.781	9.827.253

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e, quando aplicável, a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

16.3. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar o cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nas debêntures.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Companhia	Linha de crédito	Índices financeiros
Paranaguá Saneamento	2ª emissão de debêntures	Dívida Líquida/Ebitda Ajustado menor ou igual a 3,50x para os exercícios sociais findos de 2024 em diante.
Iguá Saneamento (Águas Cuiabá)	5ª emissão de debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida da controlada Águas Cuiabá S.A. (Ebitda Ajustado + Aportes de Equity e AFACs - Distribuições de Capital) / Serviço da Dívida $\geq 1,30$ e Dívida Líquida/Ebitda Ajustado da controlada Águas Cuiabá S.A. $\leq 4,5x$ em 2025, reduzindo gradualmente até alcançar 3,50x 2027 até 2032 (inclusive).

16.4. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia forneceu a suas controladas as seguintes garantias, avais ou fianças:

Tipo de garantia	Linha de crédito	A favor de	Consolidado	
			2025	2024
Fiadora e garantidora do banco fiador	Debêntures mercado - 2ª emissão	Paranaguá Saneamento S.A.	194.819	223.949
Fiadora	Debêntures mercado - 4ª emissão 1ª série	Iguá Rio de Janeiro S.A.	2.584.343	2.396.251
Garantidora do banco fiador	Debêntures mercado - 4ª emissão 2ª série	Iguá Rio de Janeiro S.A.	2.316.232	2.149.805
Fiadora	Debêntures mercado - 5ª emissão	Iguá Rio de Janeiro S.A.	3.282.151	2.935.527
Fiadora	Debêntures mercado - 2ª emissão	Iguá Sergipe S.A.	2.184.357	1.864.246
Fiadora	Debêntures mercado - 3ª emissão	Iguá Sergipe S.A.	894.128	-
Total			11.456.030	9.569.778

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

As garantias das debêntures emitidas pela Controlada Iguá Rio de Janeiro S.A. consistem em: fiança bancária (2ª série da 4ª emissão); fiança da controladora Iguá Saneamento S.A.; cessão fiduciária de 100% dos recebíveis originados pela prestação de serviços de água e esgoto; alienação de 100% das ações detidas pela Companhia; cessão fiduciária das indenizações provenientes do acionamento dos seguros da concessão; cessão fiduciária dos contratados de EPC (contrato de obras) e dos contratos de operação e manutenção do Projeto, com valor individual acima de R\$10.000; cessão fiduciária das contas pagamento equivalentes a uma parcela vincenda, cessão fiduciária das contas reservas, sendo que da 2ª série e da 1ª série da 5ª emissão e dos contratos de repasse foram substituídas por uma fiança bancária na qual a Iguá é garantidora dos bancos fiadores. Ademais, ressalva-se que as garantias das debêntures são compartilhadas de forma proporcional com os contratos de financiamento e repasse.

16.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de debêntures

Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.532.302
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	4.550.000
Custo de transação pago	(214.384)
Amortização de principal	(1.765.483)
Custo de transação	(80.220)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	2.489.913
Outras variações	
Provisão de juros	1.050.147
Pagamento de juros	(245.109)
Total de outras variações	805.038
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.827.253
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	800.000
Custo de transação pago	(14.718)
Amortização de principal	(132.941)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	652.341
Outras variações	
Provisão de juros	1.491.019
Pagamento de juros	(271.832)
Total de outras variações	1.219.187
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.698.781

17. Provisões e encargos trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participação nos resultados a pagar	36.482	35.426	55.300	46.090
Provisão de férias e encargos	8.341	8.569	24.852	22.003
Encargos sobre folha de pagamento	4.836	3.820	11.949	8.854
Outros	10	-	450	2
Total	49.669	47.815	92.551	76.949

18. Provisão para perdas com causas judiciais

18.1. Política Contábil

As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas.

A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica do Grupo em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis.

18.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

As provisões e contingências do Grupo decorrem, substancialmente, de matérias ambientais, cíveis, regulatórias, trabalhistas e tributárias, inerentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico e ao relacionamento com usuários, fornecedores, empregados e entes concedentes, descritos de forma resumida a seguir.

a) Ambiental:

As ações de natureza ambiental estão relacionadas, principalmente, a processos administrativos e judiciais perante órgãos ambientais municipais, estaduais e federais e ao Ministério Público, envolvendo temas como licenciamento ambiental, outorgas e aspectos operacionais relacionados ao lançamento e tratamento de efluentes.

b) Cível:

Os processos de natureza cível abrangem, em geral, pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, além de ações regulatórias que se referem a processos administrativos, decorrentes de notificações do Poder Concedente e das agências reguladoras de saneamento, associados ao acompanhamento e à fiscalização das operações.

Os processos de natureza regulatória, por sua vez, decorrem do acompanhamento e da fiscalização das operações pelos poderes concedentes e agências reguladoras, incluindo autos de infração, aplicação de penalidades contratuais, questionamentos quanto ao cumprimento de metas de desempenho e qualidade, bem como divergências na interpretação de cláusulas contratuais e normativos regulatórios. Parte dessas controvérsias é judicializada ou submetida a procedimentos arbitrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

c) Trabalhista:

As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados do Grupo e, em determinados casos, por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, nas quais o Grupo figura como responsável subsidiário, envolvendo pleitos usuais dessa natureza, tais como horas extras, adicionais legais, verbas rescisórias e indenizações.

d) Tributária:

As ações tributárias do Grupo Iguá concentram-se em discussões administrativas e judiciais relativas à incidência e apuração de tributos federais, estaduais e municipais, incluindo, entre outros temas, ISS sobre serviços de saneamento básico, diferencial de alíquotas do ICMS (DIFAL), ICMS incidente sobre tarifas de energia elétrica, limites de contribuições a terceiros, bem como controvérsias relacionadas a compensações não homologadas, autos de infração e multas.

18.3. Movimentação das provisões

A movimentação das provisões para perdas com causas judiciais no exercício está demonstrada a seguir:

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.412	2.292	127	319	5.150
Adições	2.231	2.698	630	13	5.572
Reversões	(77)	(187)	(58)	-	(322)
Transferências	476	(157)	-	(319)	-
Pagamentos	(723)	(1.050)	(13)	-	(1.786)
Transferido para ativos mantidos para venda	(123)	-	-	-	(123)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.196	3.596	686	13	8.491

18.4. Passivos contingentes

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras referem-se a processos classificados como de risco possível, avaliados com o apoio de assessores jurídicos externos, e estão distribuídas conforme a natureza a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	29.992	26.992	596.326	430.076
Trabalhistas	4.035	5.432	20.546	17.123
Ambientais	-	-	20.727	13.963
Tributárias	-	-	10.891	3.827
Total	34.027	32.424	648.490	464.989

18.5. Processos relevantes classificados como risco possível

O Grupo divulga, a seguir, de forma resumida, os principais processos classificados como de risco possível que, individualmente, apresentam potencial de impacto relevante:

Processo de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) acerca do critério adotado no faturamento dos serviços de esgotamento sanitário pela controlada Águas Cuiabá S.A. O MP sustenta que a base de cálculo para o serviço de esgoto deveria ser equivalente a 80% do volume de água consumida por cada usuário, como previsto em Regulamento antecedente à concessão. A Companhia entende que a base de cálculo em questão deve ser equivalente a 100% do volume de água consumida por cada usuário, como previsto no edital licitatório da concessão e na proposta comercial. Além da alteração do critério de faturamento, o MP pleiteia a devolução em dobro dos valores supostamente cobrados em excesso. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado incluindo sua respectiva atualização monetária, a ser devolvido aos usuários em hipótese de insucesso da tese da Companhia é no montante de R\$207.891 (R\$174.563 em 31 de dezembro de 2024).

Processo de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MP) relacionada ao direito de cobrança dos serviços de esgotamento sanitário pela controlada Paranaguá Saneamento S.A., envolvendo pedido de suspensão da cobrança da tarifa de esgoto enquanto não implementada rede separadora de esgoto e restituição em dobro de valores supostamente cobrados de usuários atendidos por rede unitária. A Companhia entende que a controvérsia é eminentemente jurídica e que a cobrança da tarifa é legítima à luz da legislação e da jurisprudência consolidada (Tema 565/STJ), sendo suficiente a disponibilização das etapas de coleta e transporte dos efluentes, sem exigência de sistema separador absoluto ou tratamento final, uma vez que não há previsão legal ou contratual que imponha a adoção exclusiva do sistema separador absoluto, sendo o sistema unitário admitido e os serviços regularmente prestados. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado incluindo sua respectiva atualização monetária, a ser devolvido aos usuários em hipótese de insucesso da tese da Companhia é no montante de R\$138.716 (R\$126.684 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração n.º 03/2025, lavrado em 25/08/2025, fruto do processo administrativo n.º 12.545/2025 instaurado pela CAGEPAR relacionado à apuração de supostos lançamentos de efluentes sem tratamento e sem outorga ambiental, bem como inconsistências cadastrais e documentais atribuídas à Paranaguá Saneamento S.A. A Companhia entende que o Auto de Infração é nulo por vícios formais e de competência, bem como por ausência de prova técnica idônea e que não é responsável pelos lançamentos apontados em áreas com sistema unitário, nas quais o tratamento é atribuição legal do proprietário, sendo o licenciamento ambiental conduzido de forma sistêmica pelo órgão competente. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado incluindo sua respectiva atualização monetária, a ser devolvido aos usuários em hipótese de insucesso da tese da Companhia é no montante de R\$ 99.570.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$4.685.424 (R\$4.684.373 em 31 de dezembro de 2024), sendo representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2025	2024
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (a)	363.437.558	187.891.847
Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (a)	-	175.545.711
CPP Investments	75.679.768	75.679.768
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	61.728.669	61.728.669
AIMco Ltda.	55.778.176	55.778.176
Total de ações em circulação	556.624.171	556.624.171
Ações em tesouraria	1.552.634	1.448.451
Total	558.176.805	558.072.622

(a) Em junho de 2025, foi realizada a incorporação do Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia pelo Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A operação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária e não resultou em alteração na participação final dos acionistas da Companhia.

Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 5.870.694.

Em 11 de setembro de 2025, a Companhia realizou a liquidação dos planos de remuneração baseada em ações denominados “Plano 1.0” e “Plano 2.0”, mediante a emissão de 104.183 ações preferenciais. A integralização do capital foi efetuada pelos beneficiários dos referidos planos, totalizando o montante de R\$1.051. Em conformidade com deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2025, essas ações foram recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria, conforme previsto nas políticas internas e em atendimento às disposições do pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, quanto à apresentação no patrimônio líquido. No dia 21 de outubro de 2025, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária foi realizada a recompra das ações emitidas pela Companhia na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de outubro de 2025, subscritas e integralizadas pelos beneficiários dos Planos de Opção de Compra de Ações de 2018 e de 2020 da Companhia, vide política interna e disposições do CPC 26, conforme mencionado.

b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

Em 26 de julho de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures, com a emissão de 90.825 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, divididas em duas séries: (i) a primeira, no valor de R\$570.292, emitida em 26 de julho de 2021; e (ii) a segunda, no valor de R\$307.080, emitida em 26 de janeiro de 2022. No momento da conversão, cada debênture corresponderá a uma ação.

	Data	Prazo de vencimento	Quantidade (em milhares)	Total registrado em patrimônio líquido
6ª emissão	2021	26/07/2036	90.825	877.372

c) Reservas de capital

É composta pelos valores aportados por acionistas da Companhia.

d) Reservas de lucros**Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

e) Ágio em transações de capital

Refere-se a ágio decorrente de transação de compra e venda de ações entre subsidiárias do mesmo grupo econômico, cujo saldo será liquidado somente por ocasião da liquidação do respectivo investimento.

f) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em montante não inferior a 25% do resultado do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício, não há base para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no período.

20. Pagamentos baseados em ações**20.1. Composição**

As tabelas a seguir apresentam o número e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o exercício. Não houve novas outorgas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3º plano	2025		2024	
	Quantidade	MPPE (R\$)	Quantidade	MPPE (R\$)
Em aberto em 1º de janeiro	8.126	2,21	8.126	1,89
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	(8.126)	2,21	-	-
Em aberto no exercício	-	-	8.126	2,21
Exercíveis no exercício	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

O 3º plano foi aprovado em julho de 2022, prevendo a outorga de opções em quatro tranches anuais, sendo a primeira com “vesting” em novembro de 2022 e a quarta e última com “vesting” em setembro de 2025. Todos os planos emitidos pela Companhia possuem liquidação única e exclusiva por meio de instrumento patrimonial.

Em 13 de agosto de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a extinção do 3º Plano, nos termos da cláusula 3.4 do referido instrumento. Na mesma ocasião, foi aprovada a consequente rescisão dos contratos individuais de outorga de opções vinculados ao 3º Plano, celebrados entre a Companhia e os beneficiários no ano de 2022.

21. Gerenciamento de capital

A Companhia e o Grupo gerenciam seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas nas concessões, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos.

O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios. Em função do estágio de desenvolvimento de parte relevante das concessões do Grupo, a estrutura de capital requer financiamento externo e aportes de capital para suportar os investimentos iniciais, sendo esperado que a geração operacional de caixa se intensifique à medida que os ativos atinjam maior maturidade.

Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, debêntures e outros investimentos e depósitos bancários vinculados.

A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo e participação de não controladores	926.396	944.057	14.623.114	15.218.492
Total caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, debêntures e outros investimentos e depósitos bancários vinculados	(1.313.467)	(1.620.390)	(793.337)	(3.074.343)
(=) Dívida líquida (A)	(387.071)	(676.333)	13.829.777	12.144.149
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	3.377.520	4.018.263	3.377.520	4.018.263
Índice de alavancagem (A/B)	(0,11)	(0,17)	4,09	3,02

O índice de alavancagem apurado reflete a estrutura de capital das concessões do Grupo, incluindo ativos já integralmente financiados, como a Iguá Rio de Janeiro S.A., e concessões em fase de estruturação de financiamento de longo prazo, como a Iguá Sergipe S.A., o que contribui para a manutenção de níveis elevados de alavancagem nos curto e médio prazos. Esse perfil de alavancagem é consistente com o desenho financeiro originalmente previsto nos planos de negócios das respectivas concessões.

A Administração avalia continuamente a adequação da estrutura de capital do Grupo, considerando as condições de mercado, o perfil de vencimento das dívidas, a geração de caixa esperada e as restrições contratuais aplicáveis, não havendo, na data-base das demonstrações financeiras, alterações relevantes na política de gerenciamento de capital.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

O Grupo classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	943.355	241.703	29.302	-	-
Aplicações financeiras	8	349.971	1.963.362	-	-	-	-
Outros investimentos	9	4	28	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	10	201.659	138.296	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	-	569.709	351.274	-	-
Ativo financeiro	11	-	-	620.556	573.651	-	-
Ativos financeiros		551.634	3.045.041	1.431.968	954.227	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14	-	-	-	-	403.728	372.574
Poder concedente a pagar		-	-	-	-	967.573	3.650.508
Empréstimos e financiamentos (a)	15	-	-	-	-	1.162.342	1.082.706
Debêntures (a)	16	-	-	-	-	12.247.246	10.407.828
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	62.582	38.097
Passivos financeiros		-	-	-	-	14.843.471	15.551.713

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

22.2. Fatores de riscos financeiros

O Grupo possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras. A diversificação da base de clientes e o histórico de recebimento mitigam esse risco, enquanto os saldos de caixa e aplicações financeiras são mantidos junto a instituições financeiras consideradas de primeira linha. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.573	7.388	241.703	972.657
Aplicações financeiras	8	158.488	559.950	349.971	1.963.362
Outros investimentos	9	-	-	4	28
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	201.659	138.296
Contas a receber e outros recebíveis	11	580.800	541.954	569.709	351.274
Ativo financeiro	11.5	-	-	620.556	573.651
Circulante		316.275	629.076	1.320.627	3.387.306
Não circulante		499.586	480.216	662.975	611.962
Total		815.861	1.109.292	1.983.602	3.999.268

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão.

A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	14	35.143	27.781	403.728	372.574
Poder concedente a pagar		-	-	967.573	3.650.508
Empréstimos e financiamentos (a)	15	1.206	1.206	1.162.342	1.082.706
Debêntures (a)	16	791.216	838.049	12.247.246	10.407.828
Passivo de arrendamento		6.424	2.964	62.582	38.097
Circulante		128.980	130.323	2.087.648	3.349.558
Não circulante		705.009	739.677	12.755.823	12.202.155
Total		833.989	870.000	14.843.471	15.551.713

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros:

Controladora								
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 anos em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	35.143	35.143	35.123	-	20	-	-	-
Debêntures (a)	791.216	1.217.057	116.299	103.282	117.660	136.774	135.789	607.253
Total	826.359	1.252.200	151.422	103.282	117.680	136.774	135.789	607.253

Consolidado								
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 3 anos	3 - 4 anos	4 - 5 anos	5 anos em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	403.728	403.728	365.742	18.681	18.086	793	426	-
Poder concedente a pagar	967.573	1.008.986	1.008.986	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (a)	1.161.136	2.437.835	150.630	153.027	161.395	172.495	173.244	1.627.044
Debêntures (a)	12.247.246	31.769.120	1.574.603	1.178.203	1.257.194	3.809.346	1.105.544	22.844.230
Total	14.779.683	35.619.669	3.099.961	1.349.911	1.436.675	3.982.634	1.279.214	24.471.274

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

iii) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que considera manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem ao Grupo requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, se necessário, que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e respectivo poder concedente.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações.

No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual.

O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Este risco é proveniente da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. As operações do Grupo estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, SELIC, IPCA, TR e TJLP.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2025	Cenários									
		Provável		Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
				Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<u>Indexados ao CDI</u>											
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	552.905	13,73	75.914	17,16	94.878	20,60	113.898	10,30	56.949	6,86	37.929
Depósitos bancários vinculados	198.494	13,96	27.710	17,45	34.637	20,94	41.565	10,47	20.782	6,98	13.855
Empréstimos - partes relacionadas	11.268	13,82	1.557	17,28	1.947	20,73	2.336	10,36	1.167	6,91	779
Total	762.667		105.181		131.462		157.799		78.898		52.563
Passivos financeiros											
Debêntures	(3.091.749)	13,82	(427.280)	17,28	(534.254)	20,73	(640.920)	10,36	(320.305)	6,91	(213.640)
Total	(3.091.749)		(427.280)		(534.254)		(640.920)		(320.305)		(213.640)
Exposição líquida dos ativos e passivos financeiros	(2.329.082)		(322.099)		(402.792)		(483.121)		(241.407)		(161.077)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(80.693)		(161.022)		80.692		161.022
<u>Indexados à SELIC</u>											
Ativos financeiros											
Outros investimentos	4	13,82	1	17,28	1	20,73	1	10,36	-	6,91	-
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					-		-		(1)		(1)
<u>Indexados ao IPCA</u>											
Ativos financeiros											
Recebíveis de contratos de concessão	92.419	3,71	3.429	4,64	4.288	5,57	5.148	2,78	2.569	1,85	1.710
Ativo financeiro Agreste e Atibaia	620.556	3,71	23.023	4,64	28.794	5,57	34.565	2,78	17.251	1,85	11.480
Total	712.975		26.452		33.082		39.713		19.820		13.190

Iguá Saneamento S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Instrumentos	Exposição em 2025	Cenários									
		Provável		Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
				Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros											
Financiamento BNDES	(87.571)	3,71	(3.249)	4,64	(4.063)	5,57	(4.878)	2,78	(2.434)	1,85	(1.620)
Debêntures	(9.155.497)	3,71	(339.669)	4,64	(424.815)	5,57	(509.961)	2,78	(254.523)	1,85	(169.377)
Poder concedente a pagar	(967.573)	3,71	(35.897)	4,64	(44.895)	5,57	(53.894)	2,78	(26.899)	1,85	(17.900)
Total	(10.210.641)		(378.815)		(473.773)		(568.733)		(283.856)		(188.897)
Exposição líquida dos ativos e passivos financeiros	(9.497.666)		(352.363)		(440.691)		(529.020)		(264.036)		(175.707)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(88.328)		(176.657)		88.327		176.656
<i>Indexados a TJLP</i>											
Passivos financeiros											
Financiamento BNDES	(214.800)	9,07	(19.482)	11,34	(24.358)	13,61	(29.234)	6,80	(14.606)	4,53	(9.730)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(4.876)		(9.752)		4.876		9.752
<i>Indexados a TR</i>											
Passivos financeiros											
Contrato de financiamento e repasse	(858.765)	1,84	(15.801)	2,30	(19.748)	2,76	(23.699)	1,38	(11.851)	0,92	(7.901)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(3.947)		(7.898)		3.950		7.900
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros	(12.900.309)		(709.744)		(887.588)		(1.065.073)		(531.900)		(354.415)
Impacto total no resultado e no patrimônio líquido					(177.844)		(355.329)		177.844		355.329

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA, CDI, SELIC e TR - B3, projeção para os próximos doze meses. TJLP - BNDES, na data de 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

23. Segmentos operacionais

O Grupo possui três segmentos reportáveis denominados “Concessões” e “Parcerias Público Privadas - PPP’s”, e um segmento denominado como “Outras”. Tais segmentos são administrados separadamente, e para cada unidade de negócio a diretoria e a Administração analisa os relatórios gerenciais mensalmente. O seguinte resumo descreve, conforme pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

- **Concessões:** composto pelas operações Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. (São Paulo); Águas Cuiabá S.A. (Cuiabá); Paranaguá Saneamento S.A. (Paraná); Iguá Rio de Janeiro S.A. (Rio de Janeiro); Iguá Sergipe S.A. (Sergipe); (a) MT interior: Águas Pontes e Lacerda Ltda., Águas Alta Floresta Ltda., Águas Comodoro Ltda., Águas Colíder Ltda., Águas Canarana Ltda., Iguá MT Participações Ltda;
- **PPP’s (Parcerias Público-Privadas):** composto pelas operações Agreste Saneamento S.A. (Alagoas); Atibaia Saneamento S.A (São Paulo); e Iguazu Saneamento S.A. (Paraná);
- **Outras:** composta pela holding Iguá Saneamento S.A. e por suas controladas Iguá Serviços e Intermediação de Negócios Ltda., Fluxx.IA Medição Inteligente S.A., PCT Participações Ltda., Guaratinguetá Saneamento S.A. e Iguá Investimentos SPE - 001 S.A.

(a) Em 29 de outubro de 2024, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias detidas pela Companhia destas operações.

	Concessões			PPPs	
	2025	2024		2025	2024
Total do ativo	16.781.963	17.785.637	Total do ativo	775.684	701.447
Total do passivo	(14.804.642)	(15.309.758)	Total do passivo	(595.497)	(518.520)
Total do patrimônio líquido	(1.977.321)	(2.475.879)	Total do patrimônio líquido	(180.187)	(182.927)

	Concessões			PPPs	
	2025	2024		2025	2024
Receita líquida	3.297.162	2.479.804	Receita líquida	159.417	141.438
Custo dos serviços	(2.306.111)	(1.690.914)	Custo dos serviços	(53.158)	(48.090)
Lucro bruto	991.051	788.890	Lucro bruto	106.259	93.348
Despesas operacionais	(275.091)	(257.282)	Despesas operacionais	(28.442)	(18.415)
Depreciação e amortização	(449.454)	(345.480)	Depreciação e amortização	(1.888)	(1.438)
Financeiras líquidas	(1.675.106)	(1.156.953)	Financeiras líquidas	(40.576)	(27.357)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	(959.146)	(625.345)	Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	37.241	47.576
Prejuízo do exercício	(634.183)	(406.987)	Lucro líquido do exercício	29.569	40.925

	Outras		Eliminações		Total Segmentos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Total do ativo	4.355.499	5.019.601	(3.912.512)	(4.269.930)	18.000.634	19.236.755
Total do passivo	(963.568)	(1.019.836)	1.744.937	1.633.431	(14.618.770)	(15.214.683)
Total do patrimônio líquido	(3.391.931)	(3.999.765)	2.167.575	2.636.499	(3.381.864)	(4.022.072)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Outras		Eliminações		Total Segmentos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	4.983	9.420	(3.591)	(7.542)	3.457.971	2.623.120
Custo dos serviços	(6.952)	(6.788)	1.272	5.816	(2.364.949)	(1.739.976)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.969)	2.632	(2.319)	(1.726)	1.093.022	883.144
Despesas operacionais	(166.191)	(5.247)	2.319	6.955	(467.405)	(273.989)
Depreciação e amortização	(31.108)	(23.297)	-	6.856	(482.450)	(363.359)
Financeiras líquidas	140.222	53.379	-	-	(1.575.460)	(1.130.931)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	(27.938)	50.764	-	5.229	(949.843)	(521.776)
Prejuízo (lucro) do exercício	(637.472)	(329.552)	616.185	378.302	(625.901)	(317.312)

24. Partes relacionadas

24.1. Política e definição

Partes relacionadas compreendem empresas controladas, entidades sob controle comum e os membros da Administração-chave da Companhia e do Grupo, conforme definido no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

24.2. Natureza das relações com partes relacionadas

A Iguá integra uma estrutura societária na qual determinadas atividades financeiras, administrativas e de suporte são centralizadas na holding e em empresas do grupo econômico. Nesse contexto, o Grupo mantém operações financeiras entre empresas do próprio grupo, incluindo empréstimos, mútuos, debêntures, prestação de serviços corporativos e rateio de custos compartilhados.

Adicionalmente, o Grupo possui financiamentos contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e tais operações são divulgadas nesta nota em função da participação acionária da BNDESPAR no capital da Companhia. O Grupo também realiza, de forma pontual, operações financeiras com sócios minoritários de sociedades controladas, incluindo mútuos celebrados no curso normal dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

24.3. Saldos patrimoniais com partes relacionadas

Os saldos decorrentes de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão resumidos a seguir:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros intragrupo (debêntures, mútuos, empréstimos e outros)	1.418.262	1.368.562	14.308	12.610
Créditos operacionais com partes relacionadas (CSC, rateios e assistência técnica) (a)	204.037	189.537	201	304
Crédito decorrente de venda de participação societária (b)	36.907	36.907	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	75.630	60.921	10.853	9.128
Circulante	158.543	158.265	11.469	9.874
Não circulante	1.576.293	1.497.662	13.893	12.168
Total	1.734.836	1.655.927	25.362	22.042

- (a) Os créditos operacionais com partes relacionadas referem-se, principalmente, a valores a receber decorrentes de repasses e rateios de custos e serviços corporativos prestados entre empresas do Grupo.
- (b) Refere-se a crédito decorrente da alienação de participação societária em controladas para parte relacionada, cujo recebimento ocorrerá no longo prazo.

Passivos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Financiamentos com o BNDES	-	-	302.371	329.313
Passivos intragrupo – operacionais (rateios/serviços)	1.701	1.227	1.207	1.354
Mútuo com sócio minoritário de controlada (Aviva Ambiental S.A.)	-	-	-	339
Circulante	495	21	40.272	37.613
Não circulante	1.206	1.206	263.306	293.393
Total	1.701	1.227	303.578	331.006

24.4. Transações com partes relacionadas reconhecidas no resultado

As transações com partes relacionadas que impactaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir, por natureza.

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços corporativos, assistência técnica e rateios	130.398	72.757	1.715	2.763
Resultado financeiro líquido (a)	178.951	163.715	(37.338)	(37.334)
Pagamento baseado em ações (b)	12.911	24.263	12.911	24.263
Total	322.260	260.735	(22.712)	(10.308)

- (a) O resultado financeiro líquido inclui encargos financeiros decorrentes de instrumentos intragrupo, financiamentos com o BNDES e mútuo com sócio minoritário.

- (b) Os valores referentes às transações de pagamento baseado em ações estão detalhados na Nota 20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

24.5. Empréstimos, mútuos e financiamentos com partes relacionadas

As operações financeiras com partes relacionadas compreendem instrumentos intragrupo utilizados para financiar as operações e os investimentos das concessionárias e financiamentos contratados com o BNDES. O detalhamento dessas operações, incluindo vencimentos, indexadores, garantias e encargos financeiros, encontra-se apresentado nas Notas 15 e 16.

24.6. Serviços corporativos e rateio de custos

Determinadas funções corporativas, incluindo administração, contabilidade, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos e planejamento financeiro, são centralizadas pela Companhia. Os custos correspondentes são rateados entre as empresas do Grupo com base em critérios definidos de acordo com a natureza dos serviços prestados.

24.7. Remuneração da Administração-chave

A Administração-chave compreende os diretores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e do Grupo. A remuneração inclui benefícios de curto prazo e remuneração variável, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios de curto prazo (a)	17.523	16.197	22.374	17.787
Remuneração variável	8.835	5.796	12.798	6.581
Total	26.358	21.993	35.172	24.368

(a) Os valores de benefícios de curto prazo incluem remunerações, encargos sociais, benefícios diretos e indiretos.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura de seguros contra riscos, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	Consolidado	
	2025	2024
Riscos operacionais (a)	227.513	69.907
Seguro garantia	722.384	589.379
Responsabilidade civil (b)	475.000	352.300
Fiança Locatícia	3.723	636
Veículos	323.607	260.148
Risco de engenharia	1.136.763	1.068.793
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	40.000	25.000
Riscos ambientais	50.000	50.000
Riscos diversos	2.277	1.633
Total	2.981.267	2.417.796

(a) Limite máximo de R\$77.000 de cobertura em 31 de dezembro de 2025, compartilhado entre as empresas do Grupo.

(b) Limite máximo de R\$60.000 de cobertura em 31 de dezembro de 2025, compartilhado entre as empresas do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

26. Compromissos

a) Direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente ou do faturamento bruto. Os valores são registrados na rubrica de custos dos serviços prestados, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024	Alíquota	Base
Iguá Rio de Janeiro S.A.	51.275	44.987	3,5%	Arrecadação efetiva
Águas Cuiabá S.A.	23.017	21.798	5,0%	Arrecadação efetiva
Paranaguá Saneamento S.A.	599	543	0,5%	Arrecadação efetiva
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. (a)	-	337	5,0%	Arrecadação efetiva
Águas Piquete S.A. (a)	-	122	4,0%	Faturamento bruto
Total	74.891	67.787		

b) Taxa de regulação e fiscalização

Refere-se a taxas pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto, que deverão ser calculadas por meio da aplicação de alíquota sobre arrecadação efetivamente obtida, faturamento bruto ou receita líquida, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024	Alíquota	Base
Iguá Rio de Janeiro S.A.	7.546	6.624	0,5%	Receita líquida
Águas Cuiabá S.A.	6.356	6.023	1,5%	Receita líquida
Paranaguá Saneamento S.A.	4.196	3.804	3,5%	Arrecadação efetiva
Iguá Sergipe S.A.	5.568	-	1,0%	Receita líquida
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	1.586	1.790	3,0%	Arrecadação efetiva
Agreste Saneamento S.A.	1.119	324	0,5%	Arrecadação efetiva
Águas de Alta Floresta Ltda (a)	-	455	4,0%	Receita líquida
Águas Piquete S.A. (a)	-	13	4,0%	Faturamento bruto
Total	26.371	19.033		

(a) Os valores apresentados em 2024, referem-se a despesa de janeiro a outubro, período em que a operação fazia parte do Grupo.

c) Compra de água da CEDAE

Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) à controlada Iguá Rio de Janeiro S.A., que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

d) Compra de água da DESO

Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) à controlada Iguá Sergipe S.A., que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo índice de reajuste contratual. Durante os 3 primeiros anos da concessão, a Companhia pagará por um volume fixo de água, conforme estimativas abaixo:

Ano 1: 01/10/2025 até 30/04/2026 - R\$ 142.762;

Ano 2: 01/05/2026 até 30/04/2027 - R\$ 428.018;

Ano 3: 01/05/2027 até 30/04/2028 - R\$ 431.606.

Em 6 de maio de 2025, a Companhia realizou a antecipação do pagamento de uma parcela mensal no montante de R\$33.107, referente ao volume mínimo de água especificado na Cláusula 10.1 do Contrato de Interdependência, que será compensada pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) em 12 (doze) parcelas mensais iguais, corrigidas pela taxa CDI durante o período, observada carência de 7 (sete) meses contados da data de antecipação. A transação foi reconhecida no grupo de outros ativos, respeitando os critérios de segregação entre curto e longo prazo.

Em novembro de 2025, foi realizada a compensação entre o valor devido pela Companhia à DESO em decorrência do ciclo de medição faturado no período em que a DESO ainda figurava como prestadora dos serviços públicos e o saldo da antecipação da compra de água no montante de R\$29.451. O saldo residual referente a antecipação no montante de R\$3.656, permanece registrado no longo prazo e deverá ser restituído à Iguá em condições a serem pactuadas futuramente.

e) Faturamento de serviços prestados pela DESO

Durante a fase de operação assistida do sistema da concessão, a receita correspondente à prestação dos serviços pertence exclusivamente à DESO, a quem compete o faturamento e a cobrança junto aos usuários. À controlada Iguá Sergipe S.A. caberá a receita tarifária relativa aos serviços prestados a partir do primeiro dia de início da operação plena do sistema da concessão.

Conforme mencionado anteriormente, em novembro de 2025, por meio do ofício nº773/2025-Iguá/SE, a Companhia apurou como montante devido à DESO o valor de R\$29.451, o qual foi compensado com o adiantamento do pagamento da parcela referente à compra d'água.

Adicionalmente, permanece um saldo de R\$5.044 ainda não arrecadado, cuja liquidação está condicionada ao eventual pagamento futuro das faturas pelos usuários. A Companhia acompanhará a arrecadação desse saldo remanescente até abril de 2026.

27. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou as seguintes atividades operacionais e investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de intangível a prazo	3.196	2.285	119.494	85.866

O Grupo também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	(2.285)	(4.420)	(75.289)	(96.717)

b) A Companhia realizou a compensação do saldo de mútuos a pagar com a controlada indireta Fluxx.IA Medição Inteligente S.A., operação que não impactou caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 2025
Mútuo a receber (Principal e juros)	(41.977)
Conta corrente	(30)
Aumento de capital	42.007

28. Eventos Subsequentes

Em 27 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, envolvendo a alienação da totalidade da participação detida diretamente pela Iguá na Saneamento de Mirassol – Sanessol S.A.. A transação está alinhada à estratégia de gestão de portfólio da Companhia, com foco na otimização da alocação de capital e no reforço de liquidez. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a obtenção das aprovações regulatórios e governamentais aplicáveis. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a transação não havia sido concluída.

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

René Pinto da Silva
João Luiz Guillaumon Lopes
Paula Alessandra Bonin Costa Violante
André Luiz Ferreira da Silva

Conselheiros

Vital Meira de Menezes Junior
Markus Schoefert
Natália Maria Rapassi Dias Melo
Ricardo Szlejf
Jerson Kelman
Teresa Cristina Querino Vernaglia
Vanessa Cristina Resende Viana

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9